



A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA BOLIVARIANA

Carlos A. Romero

Working Paper nº 4, Julio de 2010



A Política Externa da Venezuela Bolivariana

Carlos A. Romero

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho dedicado a analisar os fundamentos e o desenvolvimento da política externa da Venezuela desde 1999.

Os argumentos aqui expostos possuem uma intencionalidade fundamentalmente crítica e trazem à tona as dificuldades de relacionar os aspectos normativos e os dados empíricos de uma política que se projetou regionalmente, e de certo modo em âmbito global, através de uma série de recursos materiais e simbólicos.

Em princípio, uma política externa deve refletir o interesse nacional do país e buscar um critério de segurança e de projeção mundial que seja aceito por uma maioria que aspira à paz e à estabilidade em sua nação.

No caso que nos ocupa, encontramo-nos diante de um modelo político que se sustenta na construção de uma visão de mundo na qual o enfoque “amigo-inimigo” da política, o uso indiscriminado da tese sobre a “vontade da maioria” e o afã de promover um “pacote ideológico” radical mesclaram-se com tradições nacionais tais como o ativismo internacional e o presidencialismo, configurando uma oferta que contou com um verbo poderoso e uma capacidade de gasto público que contempla importantes programas sociais.

Segundo nosso entendimento, a Venezuela atravessa uma “situação revolucionária”, o que leva a que a política externa do governo do presidente Chávez não seja a mesma dos que o precederam. Com efeito, o ativismo da Venezuela se observa de maneira tridimensional: no manejo das relações bilaterais, das relações multilaterais e das relações transnacionais (Egaña 2009; Romero 2006).

Dessa mudança se depreendem ao menos quatro referências importantes: a crescente liderança do presidente Chávez – o que não somente limita a solidez institucional da diplomacia venezuelana como também questiona o caráter da política externa como uma política de Estado –, e um sistema de alianças que é percebido por seus governantes como uma rede de lealdades, compromissos, afinidades e subordinações, que se expressam na ideia da existência de um campo progressista e de esquerda internacional, e que se concretiza regionalmente na Aliança Bolivariana dos Povos, a ALBA. A isto se agrega a crescente politização da ação externa da Venezuela, na qual o exercício profissional e burocrático dos diplomatas venezuelanos é entendido como uma tarefa comprometida com a causa revolucionária, e a posição crescentemente contestatória da Venezuela nos foros internacionais e nas próprias relações bilaterais e regionais. Cabe destacar, também, a associação, no âmbito das relações transnacionais, com grupos, movimentos e iniciativas que se opõem ao capitalismo no mundo (Romero 2008).

O petróleo tem sido o principal veículo de inserção da Venezuela nas relações internacionais contemporâneas. Este fator promoveu, por sua vez, uma cultura política considerada reguladora da atividade privada, promotora da dependência da sociedade ao Estado, e vulnerável ante as oscilações dos preços do barril de petróleo (Carrera Damas 1977, Guerra 2009).

A Venezuela respaldou a ação dos produtores de petróleo através da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desde a criação da organização, em 1960, e manteve o petróleo como uma das colunas sobre a qual se desenvolve sua política externa.

Atualmente, o impulso da prospecção e exploração de petróleo pesado e extrapesado e de gás natural para o futuro, tanto em terra firme como no mar, tem um impacto profundo sobre a sociedade venezuelana.

Ao mesmo tempo, cabe destacar o papel cumprido, na implementação e execução da política externa, pela companhia estatal Petróleos da Venezuela (PDVSA), verdadeira dobradiça entre os postulados ideológicos e econômicos do regime.

Certamente que, nesse processo, estamos assistindo a uma operação de “*state capture*”, na qual uma cúpula no poder mantém uma série de limitações à transparência e à prestação de contas da gestão governamental.

Ocorre uma situação de “*state capture*” quando os benefícios privados das elites são obtidos por meio da captação dos recursos públicos e da sua distribuição entre setores privilegiados, entre eles os setores bancários, industriais e financeiros, públicos e privados, e pelos setores mais pobres, por meio de transferências diretas (Desai, Olofsga e Yuosef 2003; Tompson 2008; Hellman, Jones e Kaufmann 2000).

A hipótese central deste exercício descansa sobre a ideia de que a política externa da Venezuela expressa as contradições de uma elite no poder que tem um modelo de fazer política e um modelo de desenvolvimento econômico que buscam romper com o passado e construir uma sociedade socialista.

O governo do presidente Chávez promoveu a visão estruturalista e anticapitalista dos assuntos internacionais plasmada nas ideias de rivalidade entre o centro e a periferia, na luta anti-imperialista, pelo desenvolvimento endógeno, o fortalecimento do Estado como instrumento central de desenvolvimento, e o aprofundamento do Estado socialista e comunitário.

Para estudar esta política, o texto se divide em seções. Na primeira delas, se introduz o tema. Em uma segunda, se analisa o contexto internacional atual. Nesta linha, levam-se em conta alguns aspectos tais como a inserção mundial e regional da Venezuela, suas etapas, o perfil venezuelano no exterior, a reavaliação do conceito de interesse nacional, a internacionalização do caso venezuelano e da companhia energética estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), o papel dos organismos multilaterais, das organizações não-governamentais e dos meios de comunicação, e a política de alianças. Na terceira seção, analisam-se quatro casos hemisféricos específicos. A ideia é assinalar estes casos como exemplos que concretizam relações bilaterais da Venezuela com alguns Estados importantes para o país. De igual modo, na quarta seção observam-se três casos de relações bilaterais específicas no contexto internacional. Na quinta seção, apresenta-se um balanço e algumas

projeções de uma política externa que chamou a atenção na região e no mundo, e que conta com recursos suficientes para sustentar seus postulados e fins.

2. O CONTEXTO INTERNACIONAL, AMÉRICA LATINA, CARIBE E VENEZUELA

2.1. A conformação de uma política.

Em decorrência da restauração da democracia no país em 1959, os governos da Ação Democrática e da COPEI mantiveram uma diplomacia ativa que levou muitos a pensar que se superdimensionava a presença mundial venezuelana, através da atuação nas Nações Unidas, pela participação de Caracas na criação e desenvolvimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e pela promoção do mecanismo de integração econômica e comercial conhecido como o Acordo da Junta de Cartagena, hoje denominada Comunidade Andina das Nações. A isto se deve agregar a aproximação da Venezuela ao Movimento de Países não-Alinhados, e a busca de uma nova ordem internacional e de um diálogo Norte-Sul.

Por suposto que essa diplomacia ativa levou os governos venezuelanos a criar uma rede de contatos com governos e movimentos políticos afins à causa democrática, no marco de uma América Latina que possuía muitos regimes de exceção, grandes correntes de exilados políticos e enormes dificuldades para manter ou recuperar o caminho democrático.

Cabe destacar a solidariedade, na década dos sessenta, com o exílio dos cubanos anticastristas e com os refugiados e exilados que chegaram à Venezuela, procedentes da América do Sul e, em seguida, da América Central, em fuga das ditaduras militares entre os anos sessenta e oitenta do século passado. Esta posição levou a críticas sobre uma suposta ingerência dos governos democráticos venezuelanos. De tal modo, o ativismo venezuelano e a ingerência nos assuntos internos de alguns países não é algo que tenha ocorrido repentinamente com o presidente Chávez.

Mas existe outro processo histórico que é, de fato, original: a chegada ao poder, em 1999 na Venezuela, de um governo de esquerda, que manteve o ativismo internacional dos governos anteriores, aprofundando sua presença mundial e apoiando-se nas correntes radicais de esquerda, marxistas e não-marxistas que se apresentaram, como um todo, como um pensamento distinto às ideias liberais. Por isso, a consolidação da experiência chavista deu origem a uma política externa bifronte, baseada em seu poder econômico e em seu compromisso revolucionário.

Pois bem, o papel que a Venezuela tratou de cumprir no âmbito global não pode ser separado do próprio espaço que tiveram a política externa e, em geral, as relações internacionais do país no âmbito interno. As alusões ao “império” e as alianças com Cuba e Irã, mais outras condutas ideológicas venezuelanas no exterior não são mais do que o reflexo atual de um processo paulatino de posicionamento da política externa na agenda doméstica e vice-versa.

Dada a importância que a política externa adquiriu na Venezuela atual, deve-se prestar uma especial atenção às respostas internacionais do Governo a uma situação que seus próprios dirigentes definem como favorável à promoção da revolução mundial. A oposição, tanto midiática como partidária, também utiliza o tema internacional para influenciar no debate

público e sustentar uma atitude permanente de denúncia sobre aquilo que se percebe como uma diplomacia parcial e equivocada nas suas colocações e objetivos (Egaña 2009; Romero 2006).

A isto há que se agregar a própria gestão governamental em matérias como o comércio exterior, investimentos estrangeiros, compras governamentais externas, a política de alianças externas e os direitos humanos (Egaña 2009; Corrales 2006).

A política externa da Venezuela orientou-se a uma direção radical no marco da promoção do socialismo do século XXI, questão que se tratou com mais empenho a partir de 2007. Nesse ano se divulgou um documento do governo do presidente Chávez intitulado “As linhas gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2007-2013”. Segundo o Plano, pretende-se “neutralizar a ação do império fortalecendo a solidariedade e a opinião pública dos movimentos sociais organizados” e, como um objetivo mais geral, se estabelece a criação de uma estratégia mundial “para a mobilização das massas em apoio ao processo revolucionário”. De acordo com esse Plano, o Governo se propõe “uma condução multipolar da política mundial” que se baseia “na criação de novos blocos de poder” (Theis 2007; Guerra 2009).

2.2. O contexto que a recebe

O fortalecimento de uma posição favorável a um mundo multipolar, o uso da alavanca petroleira e a separação em relação aos Estados Unidos são as posições mundiais de um regime e de um líder como Hugo Chávez, que aproveitou a seu favor o relaxamento da estrutura internacional em princípios do século XXI.

Quando falamos desse relaxamento, estamos nos referindo à falta de consenso sobre a agenda global e às dificuldades para colocar em prática a política de segurança estadunidense e da linha antiterrorista e antinarcóticos de Washington. A isto há que agregar a presença ativa de outros poderes mundiais na América Latina, o ocaso do “Consenso de Washington” e da ALCA, e a ausência de fórmulas estáveis de articulação militar, comercial e econômica nos âmbitos hemisférico e mundial.

Desde o ponto de vista geopolítico, a Venezuela empreendeu uma política externa que tem como um de seus objetivos fundamentais uma política de alianças anti-estadunidense que se define como o instrumento para diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos e para impulsionar um novo mapa geopolítico mundial e uma nova liderança mundial. A votação da Venezuela nos diversos debates e resoluções do sistema das Nações Unidas assim o indica (Blanco 2002).

No plano regional, o jogo diplomático venezuelano tem sido mais variado e menos linear. Entre 1999 e 2002, tratou-se de utilizar a política externa para a sustentação do novo regime e para o apoio aos movimentos revolucionários.

Entre os anos 2002 e 2004, dadas as circunstâncias internas, deu-se um recuo no ativismo internacional do governo do presidente Chávez, que aceitou a mediação interna por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Centro Carter, do PNUD e de um “grupo de governos amigos” da Venezuela, em seguida ao golpe de Estado contra ele, em 2002, e da greve petroleira de 2002-2003. A partir de 2004 foram retomadas as iniciativas internacionais.

A resposta dos Estados Unidos é contraditória quanto às mudanças internas e externas observadas na Venezuela desde os triunfos eleitorais presidenciais de Hugo Chávez em 1999, 2000 e 2006. De fato, a Venezuela continua a ser um importante sócio comercial dos Estados Unidos, mas já não é vista por Washington como um país confiável, devido à aproximação com países considerados difíceis por Washington, pela falta de um compromisso venezuelano em fortalecer a democracia representativa no país e na região, e por tentar não ser mais um seguro provedor de petróleo para Washington (Kelly e Romero 2002; Romero e Corrales 2009).

Com a União Europeia e outros países europeus, a Venezuela manteve, em geral, um *modus vivendi* no qual prevaleceram os negócios e os interesses econômicos por cima das críticas em relação à situação interna do país, ainda que com algumas diferenças como o que foi mantido entre o Chefe de Estado espanhol e o presidente Chávez em novembro de 2007, e agora, em 2010, com o assunto judicial levado pelo juiz da Audiência Nacional espanhola, Eloy Velasco, devido à suposta cooperação ilícita do governo da Venezuela na investigação que este magistrado desenvolve sobre uma provável colaboração entre o ETA e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

No plano parlamentar europeu e no plano não-governamental europeu, viram-se debates maiores e uma maior falta de consenso sobre como definir o que se passa na Venezuela. Estão, por uma parte, os que apoiam o processo bolivariano (partidos, sindicatos, acadêmicos, organizações não-governamentais e meios de comunicação), observando-a como uma revolução em marcha. Do lado oposto, estão aqueles atores que criticam o processo e que estão em desacordo com o presidente venezuelano. Isto inclui cidadãos e empresas privadas dos países que foram afetados pelas políticas econômicas do governo Chávez (Lange 2002; Romero 2009a).

No que se refere às relações interamericanas, o governo venezuelano teve uma postura controvertida ao opor-se à posição estadunidense no seio da OEA; ao papel desse organismo regional como garantidor da democracia na América Latina e no Caribe, e na promoção da democracia representativa no seio das cúpulas hemisféricas. De fato, Caracas questionou a política de proteção dos direitos humanos do organismo e o papel das missões observadoras e das organizações não-governamentais nos processos eleitorais na região.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou um relatório correspondente ao ano 2009 em que avalia negativamente o governo de Chávez nessa matéria. A Comissão denunciou que o Governo nacional “atenta” contra a democracia e os direitos humanos, pois a intolerância política, a falta de independência dos poderes do Estado, as restrições à liberdade de expressão e de protesto pacífico “limitam seriamente a vigência” dos direitos no país” (OEA-CIDH 2009). O informe provocou uma reação irada de recusa por parte do governo venezuelano, o qual ameaçou retirar-se definitivamente da Organização por considerar que o relatório se encontra prejudicado e influenciado no sentido de sua avaliação pelos assim considerados “inimigos” da Venezuela, especialmente os Estados Unidos.

Por outro lado, no marco da reunião do Grupo do Rio, em Playa del Carmen, México, em fevereiro de 2010, a Venezuela recebeu a tarefa da preparação inicial da provisoriamente chamada “Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe”, um projeto de integração política no qual Caracas conta com a ajuda do governo do Brasil, e que se entende como uma OEA “paralela”, que tende a excluir o Canadá e os Estados Unidos. A Venezuela propôs o fim da OEA como um instrumento político regional para abrir espaço a este projeto de Comunidade.

O governo encabeçado pelo presidente Hugo Chávez considerou a integração econômica e comercial como um tema especial. Para o governo da Venezuela, a integração não se limita a propor uma aliança comercial, mas ao contrário, este entende a integração como algo global. Trata-se, em médio prazo, de que essa integração esteja fundamentada em bases não-capitalistas, no exercício de uma democracia participativa, na promoção de uma economia que combine a propriedade estatal com propriedades sociais, comunais e cooperativas, e na regulação e diminuição dos investimentos estrangeiros diretos privados. Isto quer dizer que o posicionamento venezuelano é anticapitalista e antiestadunidense. Portanto, para a Venezuela a integração foge ao modelo que se define na OMC e que, sob o conceito de regionalismo aberto, vem sendo proposto na América Latina e no Caribe há duas décadas (Romero e Corrales 2009).

É por isso que não deve ser surpresa que a Venezuela proponha o esquema de integração conhecido como Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América, ALBA (conhecido desde 2009 como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) que, já por si só, é um projeto diferente ao da ALCA e aos conteúdos dos acordos comerciais e tratados de livre comércio que Washington está levando a cabo com vários governos da região.

A ideias fundamentais da ALBA são: integração não-capitalista dos povos no marco de um modelo diferente ao do neoliberalismo, a diversificação comercial, os convênios e investimentos intragovernamentais, um sistema de alianças e de segurança comum entre governos progressistas e socialistas, e a promoção de formas de propriedade alternativas à propriedade privada.

Estas propostas se afastam do que se promove no MERCOSUL e na UNASUR. A ALBA é um mecanismo de integração que já tem um banco regional, o Banco da ALBA, e um sistema de pagamentos, o “Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE)” que será utilizado como unidade de conta comum para realizar transações comerciais e como uma alternativa ao dólar americano. A ALBA foi assinada por Cuba e Venezuela em 2004, pela Bolívia em 2004, pela Nicarágua em 2006, pela República Dominicana e Honduras em 2008; por Antigua e Barbuda, San Vicente e as Granadinas e pelo Equador no ano 2009, junto com formato do Tratado de Comércio dos Povos (TCP). O novo governo de Honduras decidiu retirar seu país da Aliança em 2010 (Romero 2008).

No que diz respeito a Venezuela e Cuba, gerou-se uma relação especial positiva entre os dois países. O presidente Chávez referiu-se à necessidade de suspender o bloqueio dos Estados Unidos ao regime cubano e reiterou, em várias ocasiões, sua posição contrária à tese estadunidense de uma suposta ausência de democracia interna na ilha (Lange 2002; Malamud 2009).

À Bolívia, o presidente Chávez prometeu um apoio político-ideológico e a criação da empresa binacional venezuelana-boliviana, Petroandina, com o compromisso de buscar petróleo e de, eventualmente, explorá-lo no norte da Bolívia, e a ajudar o projeto argentino-boliviano para a construção de uma indústria de separação de gás liquefeito, ademais de assumir o compromisso de criar a Organização de Países Produtores e Exportadores de Gás do Sul (Oegasur).

De fato, a Bolívia se converteu em um laboratório para o governo da Venezuela, no que diz respeito à sua projeção externa e à aplicação do “pacote ideológico”. As relações de cooperação de Estado a Estado, o apoio político aberto ao governo do presidente Evo

Morales, a promoção e financiamento de organizações sindicais, indígenas, camponesas e estudantis que apoiam o governo boliviano, e a aliança de esquerda encabeçada pelo partido boliviano governante, MAS, são prova disto. A Venezuela reiterou que assumirá (junto com a Argentina e o Brasil) o custo que significa para o governo de Morales que os Estados Unidos não tenham incluído a Bolívia, pelo segundo ano consecutivo, para continuar no programa de preferências comerciais para os países que combatem o narcotráfico, denominado ATPDEA “*The Andean Trade Promotion and Drug Erradication Act*”. Isto se torna um tema controvertido na Bolívia, tal como ocorreu com outros países latino-americanos. Cabe perguntar: qual é a causa, qual é o grau e quais são as consequências da crescente presença venezuelana na Bolívia?

O Equador também se beneficiou com a ajuda da Venezuela, e o presidente desse país, Rafael Correa, disse em diversas ocasiões que aceita o socialismo do século XXI de Chávez, ainda que mantenha uma projeção política menos radical (Corrales 2006).

Se bem que o Equador seja membro pleno da ALBA, como a Bolívia, sua conduta diplomática e seu comércio exterior não estão totalmente atados à Venezuela. Prova disto é como o governo da Venezuela redobrou sua cooperação com o Equador a fim de que Quito não diminua seus compromissos com a ALBA. Como se sabe, o Equador normalizou suas relações com a Colômbia, foi certificado pelos Estados Unidos para continuar a desfrutar das vantagens da ATPDEA, e com a União Europeia chegou a um acordo na OMC em relação à comercialização da banana equatoriana.

As relações da Venezuela com a Nicarágua baseiam-se em uma cooperação ideológica dentro da ALBA, situação que favorece o país centro-americano na medida em que este recebe um conjunto de ajuda rentista por parte da Venezuela. Esta ajuda é do tipo financeiro, através do perdão da dívida que a Nicarágua tinha com a Venezuela e das contribuições do Banco de Desenvolvimento Social da Venezuela. Também se destaca a cooperação da Venezuela para ampliar a capacidade elétrica da Nicarágua, a ajuda de Caracas na campanha de alfabetização do Governo de Manágua, o envio de barris de petróleo venezuelano a um custo mínimo para a Nicarágua, e o projeto de instalação de uma refinaria de petróleo em solo nicaraguense. A isto há que agregar o potencial econômico da empresa mista venezuelana-nicaraguense, Sociedade Alba de Nicarágua (Albanisa), criada com o aporte de capital de 51% por parte de PDVSA e 40% da empresa estatal nicaraguense Petronic, a qual fez investimentos fora da área energética, incluindo alguns em meios de comunicação social no país centro-americano (Egaña 2009).

Por outra parte, o governo da Guiana pressiona para que a Venezuela renuncie às suas aspirações à devolução do território Esequibo. A Venezuela mantém uma reclamação reconhecida pela Grã Bretanha e pela Guiana sobre essa parte do território guianense que, segundo a Venezuela, lhe foi tomado no século XIX. Em consequência da assinatura do Acordo de Genebra, em 1966, Caracas permitiu a independência da Guiana Britânica se fosse reconhecida como válida sua reclamação. Desde então se deram várias rodadas de negociação a fim de lograr um arranjo prático entre os dois países (Romero 2006).

2.3. Os resultados

O governo venezuelano desenvolveu uma importante plataforma de ação internacional que se expressa em três níveis e que, por sua vez, se relacionam entre si. Para poder analisar esta plataforma, é útil utilizar “o conceito de *projeção externa*, em vez de *política externa*, para conotar elementos e definições da política interna, econômica e ideológico-cultural” (Suárez 2000).

No caso venezuelano, se destacaria, em primeiro lugar, a reacomodação geopolítica de um país que tem procurado um novo tipo de alianças bilaterais que, de forma geral, podem ser definidas como o resultado de uma política antioccidental, que vem procurando aproximar-se de potências alternativas aos Estados Unidos no contexto multipolar atual.

Em segundo lugar, a Venezuela construiu uma rede de cooperação Sul-Sul, na qual se destaca uma série de instrumentos petroleiros e ideológicos, a fim de assegurar um papel importante, não somente na região latino-americana e caribenha, como também na Ásia e na África, estendendo-se também aos Estados Unidos e a vários países da Europa.

Em terceiro lugar, o governo do presidente Chávez e os fatores políticos que o apoiam têm mantido e ampliado uma solidariedade política com organizações partidárias, organizações sociais, organizações não-governamentais, setores acadêmicos e meios de comunicação social que simpatizam com a experiência chavista e que recebem de Caracas um respaldo financeiro, logístico e ideológico (Egaña 2009).

Esta plataforma solidária se apresenta no interior de uma política externa de um governo revolucionário. Por isso, e para situar o papel da Venezuela na política internacional, há que compreender o que significa a dualidade da política externa do governo do presidente Chávez. Por uma parte, a Venezuela é um Estado com projeção regional e internacional e, pela outra, é um Estado revolucionário.

É por isso que a diplomacia venezuelana não se esgota nos compromissos de Estado no marco da diplomacia tradicional, mas os transcende para uma dimensão político-ideológica que se expressa na solidariedade revolucionária, que por sua vez impulsiona uma inquietude por parte de muitos governos sobre quando o governo do presidente Chávez respeita os mecanismos diplomáticos e quando não.

Em tudo isto tem um papel fundamental a crença na superioridade moral e histórica da causa do socialismo e no inevitável choque entre o capitalismo e o socialismo, no aprofundamento da luta de classes em nível planetário e na solidariedade com os líderes, partidos e movimentos sociais pró-marxistas e progressistas em todo o mundo. Isto aparece de forma mesclada com o desenvolvimento de um “poder real”, dadas as condições econômico-petroleiras favoráveis do país; de um “poder suave”, dada a existência de uma importante maquinaria propagandista e ideológica “internacionalista”; e de um “poder social”, dados os programas de cooperação internacionais desenvolvidos pela Venezuela (Corrales 2010).

Por outra parte, se observa como, em algumas relações diplomáticas e de cooperação entre a Venezuela e outros Estados, ressalta o tema da ajuda econômica venezuelana, tanto pela capacidade de compra do Estado – o que origina, na maioria dos casos, uma assimetria desfavorável à Venezuela nas balanças comerciais bilaterais, dado o montante das importações venezuelanas –, como pela cooperação petroleira a preços subsidiados. Destaca-se também a outorga de empréstimos a baixas taxas de juros, as doações do governo venezuelano e de Petróleos de Venezuela (PDVSA), e a geração de investimentos não-retornáveis (Romero e Curiel 2009).

Deve-se prestar particular atenção ao impacto do rentismo venezuelano, o qual tem sido significativo para a projeção externa do país tanto em termos de alcance como de magnitude. O tema da projeção do rentismo venezuelano no plano global tem a ver com a

observação de como o governo do presidente Chávez controla os rendimentos do petróleo do Estado a fim de promover sua liderança continental e fundamentar sua referência global.

O mercado de rendas venezuelano (favores, doações, transferências, pagamentos a terceiros, ajuda direta, perdão de dívidas, financiamento e investimentos sem taxa de retorno, etc.) se transfere ao espaço global e é aproveitado por atores que manipulam a ajuda venezuelana (renda geopolítica) para capturá-la e ter acesso a ela (fundamentalmente a de caráter energético e financeiro), e não pelas vias comerciais (intercâmbio) e econômicas (valor agregado). Esta operação chamada de *rent-seeking* (já estudada previamente no contexto do colonialismo e dos protetorados europeus) está se convertendo em um elemento importante, ainda que não o único, na concepção que possui o governo da Venezuela sobre a integração (Olson 2000; Corrales 2006; Romero e Curiel 2009).

Ainda que no passado possam ter sido observados alguns traços de rentismo internacional por parte da Venezuela, é no governo de Hugo Chávez que esta modalidade se estendeu, colocando em papel principal a Petróleos de Venezuela (PDVSA), onde os investimentos e contribuições da companhia estatal se correspondem com as estratégias de ampliação da capacidade de refino do petróleo venezuelano por parte da empresa estatal venezuelana, assim como com as alianças relacionadas com o tema energético (Romero e Curiel 2009).

Neste contexto, têm-se os *Acordos de Cooperação Petroleira* que incluem as vendas de petróleo com desconto, assumidas sob distintas modalidades. De acordo com PDVSA, as vendas de petróleo a países com acordos de cooperação ascenderam a 203.900 barris diários em 2007. Por outra parte, o governo do presidente Chávez promoveu os esquemas de cooperação de petróleo e gás e de fornecimento petroleiro, com pautas preferenciais com países latino-americanos e caribenhos, através dos programas: Acordo de San José (vários países), Convênio Integral de Cooperação (Argentina e Cuba), Petrocaribe, Petroandina e Petroamérica (vários países, nos três casos), Acordo de Cooperação Energética de Caracas (Bolívia, Paraguai e Uruguai), e PetroSur (vários países) (Romero e Curiel 2009).

Em segundo lugar, têm-se as *Doações ou Aportes Diretos* que agrupam as transferências, ajudas em efetivo ou em espécie que o governo venezuelano realizou para outros países, seja em execução de convênios comerciais ou de cooperação, no perdão de dívidas ou na atenção a situações pontuais.

Dentro deste grupo de expressões de rentismo, identificam-se elementos de mui diversa natureza, que abarcam desde a compra de casas, bônus salariais, construção de rodovias e outras obras de infraestrutura, até o atendimento a questões humanitárias.

Em um terceiro termo, observam-se os *Intercâmbios*. Dentro desta categoria se contabilizam os aportes em petróleo feitos pela Venezuela que tiveram contraprestação em bens e serviços fornecidos pelos destinatários, tal como se observa, em parte, no caso das relações entre Venezuela e Cuba.

Em quarto lugar, têm-se as *Operações de financiamento*: o que inclui a compra de títulos da dívida e outras operações que implicam na participação no financiamento de outros governos, com uma aproximação pouco tradicional nos mercados financeiros internacionais, como é o caso da compra, por Caracas, de bônus argentinos.

Todos estes mecanismos geraram, entre 1999 e 2009, um gasto aproximado de 45.000 milhões de dólares americanos por parte da Venezuela e de PDVSA (Romero e Curiel 2009).

Sob outra perspectiva, outras entidades governamentais da Venezuela, o partido do governo, PSUV, e as embaixadas venezuelanas no exterior promoveram diversos programas de solidariedade que vão desde um respaldo político e um financiamento a atividades políticas de simpatizantes, líderes, partidos, organizações não-governamentais e organizações de massa, até o financiamento de publicações, cátedras, seminários e investigações científicas.

A cooperação entre revolucionários está baseada também no apoio aos movimentos radicais na Venezuela, no continente americano e em todo o mundo, como a Coordenadoria Continental Bolivariana, o Movimento Nacional de Amizade e Solidariedade Venezuela-Cuba, a presença de jovens venezuelanos e latino-americanos em cursos de formação política em Cuba, o Plano “Esperança”, a Brigada Juvenil Trinacional da ALBA, a Frente Internacional Francisco de Miranda, o Foro Social Mundial, o Foro de São Paulo, o Foro de Porto Alegre, o “Congreso Anfictiónico Bolivariano”, o movimento “Manos fuera de Venezuela”, os Movimentos Sociais da ALBA, e o Movimento Alternativo dos Povos (Cobo 2008).

Também se destaca a rede de apoio constituída por certas publicações no exterior, as quais se converteram em objeto de propaganda a favor do regime chavista como *“Le Monde Diplomatique”*, o ativismo a favor da Venezuela por parte de intelectuais de esquerda de renome mundial como Noam Chomsky, as visitas de personalidades progressistas do mundo do espetáculo à Venezuela, como o ator Sean Penn, a promoção de vídeos, filmes, seminários universitários e eventos sociais “militantes” a favor do chavismo, e a constituição da chamada Quinta Internacional, uma organização de caráter mundial patrocinada por Caracas, com o fim de agrupar diversos partidos e movimentos radicais que simpatizam com a causa venezuelana (Cobo 2008).

A atuação da Venezuela no contexto internacional foi se precisando e perfilando nestes dez anos, e pode ser observada de um modo mais específico através de vários estudos de casos, uns de caráter hemisférico e outros de caráter mundial.

3. QUATRO CASOS HEMISFÉRICOS

3.1. As relações entre a Venezuela, o Brasil e o MERCOSUL

3.1.1. Rumo a uma relação mais complexa

Depois de várias décadas marcadas por uma bilateralidade com uma ação limitada fundamentalmente aos assuntos fronteiriços, Venezuela e Brasil projetaram relações estratégicas bastante importantes de complementaridade energética e de aliança continental. Entre estes projetos está o da aliança estratégica energética, o Banco do Sul, o Grande Gasoduto do Sul, o envio de gás natural liquefeito (GLP) venezuelano ao Brasil, o projeto de transmissão elétrica do sul, a participação de Petróleos de Venezuela (PDVSA) de 40%, em uma refinaria de petróleo no nordeste do Brasil com um investimento de 4.000 milhões de dólares, a possível participação da Petrobrás, de 40%, no campo “Carabobo” da Faixa Petrolífera do Orenoco, a construção de um estaleiro na Venezuela para armar barcos tipo VLCC de até 450.000 toneladas de peso, o projeto de refinarias de petróleo no Complexo Petroquímico venezuelano de Jose, vários projetos de infraestrutura, a presença de

companhias construtoras brasileiras na construção de obras de infraestrutura na Venezuela, tais como a segunda ponte sobre o rio Orenoco, a expansão do Metrô de Caracas e a semeadura, na Venezuela, de sementes brasileiras de soja (Bouzas, Rios e Veiga 2007).

O intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela alcançou 4.091 milhões de dólares em 2006. Desse montante, 3.500 milhões de dólares correspondem a importações da Venezuela e somente 691 milhões de dólares a exportações venezuelanas. Para o ano de 2007, as relações bilaterais comerciais entre Venezuela e Brasil chegaram à cifra de 5.069 milhões de dólares, notando-se uma assimetria maior com respeito às exportações brasileiras à Venezuela, as quais alcançaram a cifra de 4.723 milhões de dólares. As exportações venezuelanas ao Brasil nesse ano alcançaram somente a cifra de 345 milhões de dólares, 7% do total. No ano de 2008, o intercâmbio comercial entre Venezuela e Brasil chegou aos 5.777 milhões de dólares. As exportações venezuelanas tiveram um valor de 630 milhões e as importações venezuelanas um valor de 5.147 milhões, o que reflete um superávit para o Brasil de 4.611 milhões, dando-se assim outra assimetria comercial. Durante o ano 2009, o intercâmbio comercial entre os dois países chegou à cifra de 4.252 milhões de dólares. As exportações venezuelanas foram da ordem de 647 milhões e as importações venezuelanas do Brasil representaram 3.605 milhões (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil 2008 e 2009).

Entre a Venezuela e o Brasil restam alguns temas a resolver. Existem algumas diferenças no que se refere a como levar as relações hemisféricas, sobre as relações bilaterais e regionais com os Estados Unidos, sobre o rumo do MERCOSUL e da UNASUR, e em como complementar, planejar e aprovar a pretensão de cada país de criar a “Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS)”, ou o “Conselho de Defesa Regional” desde a perspectiva brasileira, e/ou as “Forças Armadas da ALBA”. Na realidade, nenhum dos dois governos tem mencionado a OTAS, especialmente o Brasil. O Conselho de Defesa Sul-Americano já foi criado e está funcionando; e constituiu-se, na ALBA, o Comitê Permanente de Soberania e Defesa da ALBA-TCP. Também prevalece a ideia de resolver os problemas de fronteira na região, aumentar a vigilância e a prevenção de conflitos, e de lutar contra o crime organizado. Do mesmo modo, trata-se de analisar as dificuldades encontradas para debater os temas relativos aos modelos de desenvolvimento, o papel regional do Brasil e sua projeção mundial, as dificuldades da entrada da Venezuela ao MERCOSUL e sua relação com o projeto da ALBA. A isto se agregam as diferenças políticas entre ambos os governos com relação ao tema da Bolívia, o tratamento do conflito colombiano e a dívida cambial que a Venezuela mantém com empresas brasileiras por um montante de 15.000 milhões de dólares americanos (Rojas Penso 2007).

3.1.2. O caso do MERCOSUL

Quanto à decisão da Venezuela de entrar no MERCOSUL, o que salta à vista são ao menos quatro consequências: 1) a decisão esteve relacionada com a saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações; 2) entende-se que a entrada da Venezuela ao MERCOSUL impulsionará a diversificação da economia venezuelana e o papel do setor energético venezuelano além de uma diversificação dos sócios comerciais; 3) a decisão fortalece, ao contrário, o controle estatal da economia, na medida em que não é consultado o setor privado sobre a entrada do país ao mecanismo; 4) se acentua o caráter importador da economia venezuelana e uma balança comercial desfavorável para a Venezuela (Rojas Penso 2007).

Em síntese, as relações entre a Venezuela e o Brasil têm oscilado entre a cooperação e a concorrência “sutil” na América Latina e no mundo. O Brasil se projeta como uma potência

mundial, mantém boas relações com os Estados Unidos, fomenta a colaboração e a coordenação entre os países “BRIC” (Brasil, Rússia, Índia e China), e mantém uma posição negociadora e de poder “suave” na agenda mundial. A Venezuela segue outro caminho.

3.2. As relações entre a Venezuela e Colômbia.

A Venezuela tem sustentado uma política externa com a Colômbia concentrada nas reservas que o governo de Chávez mantém sobre a assim chamada orientação pró-estadunidense do governo do presidente Uribe. Para Caracas, o apoio colombiano à ALCA e aos TLC, as consequências para as relações entre os dois países da eventual assinatura do Tratado Bilateral de Livre Comércio entre a Colômbia e os Estados Unidos, a saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações, as diferenças entre os dois governos sobre a violência na Colômbia e o processo de pacificação nesse país não ajudam a estabelecer uma relação estável e baseada na confiança bilateral.

Do mesmo modo, a cooperação militar entre Bogotá e Washington, assunto que teve seu mais intenso e polêmico momento devido à reação de seus vizinhos fronteiriços diante da decisão colombiana de permitir que os Estados Unidos utilizem sete instalações militares dos granadinos para substituir as operações que realizava na base equatoriana de Manta, levou ao protesto venezuelano. Isto chegou a ponto de se considerarem as atividades de militares estadunidenses naquele país como uma ameaça grave para a segurança e estabilidade do governo bolivariano.

A Colômbia tratou de concentrar as relações no plano econômico-comercial ao procurar vender à Venezuela seus bens e serviços, e aspira a resolver o diferendo colombiano-venezuelano sobre a delimitação de áreas marinhas e submarinas por via pacífica. Mas, apesar da vantagem comparativa do mercado venezuelano e a importância que têm para a Colômbia as relações comerciais com a Venezuela, o governo de Uribe se preocupa com a intenção de Caracas de reduzir esse intercâmbio por razões políticas e com as ambiguidades da Venezuela relativas à guerrilha e à esquerda legal desse país (Romero 2009b).

O fato de que fosse pedido ao presidente Chávez, em 2007, que interviesse como mediador nas negociações entre o Governo de Uribe e as FARC foi visto com bons olhos na Colômbia. Dada a situação de estancamento das negociações, a gestão do presidente Chávez foi apoiada, mesmo com as dúvidas de Caracas se o governo de Uribe mudaria de posição (enfrentar militarmente as FARC e não permitir uma zona de distensão), assim como sobre a conduta das FARC (pedir uma zona de distensão e liberar dirigentes e membros das FARC presos).

Esta iniciativa não prosperou e, pelo contrário, contribuiu – junto com a crise bilateral de março de 2008, provocada pela incursão colombiana em território equatoriano e a assinatura do tratado de cooperação militar entre a Colômbia e os Estados Unidos em 2009 – para que as relações entre os dois países se encontrem em uma situação bastante precária (Romero 2009b).

A incursão colombiana em território equatoriano serviu de “válvula de escape” para uma série de tensões acumuladas entre a Venezuela e a Colômbia, que passaram a ter uma agenda mais complexa, na qual prevalecem temas relacionados com a singularidade política de ambos os governos, sobre o tratamento de suas relações com os Estados Unidos, sobre suas posições acerca da política colombiana e latino-americana, e sobre o estado da violência nesse país. Em meio a tudo isto, criou-se um debate em ambas as capitais sobre o alcance do Plano Colômbia, o trânsito fronteiriço de guerrilheiros, narcotraficantes e

paramilitares, a saída definitiva da Venezuela da Comunidade Andina, e a crítica do governo da Venezuela a que a Colômbia assine um tratado de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos. A isto se devem agregar as simpatias que autoridades e dirigentes do Governo venezuelano têm manifestado às FARC, a ausência de uma segurança comum na fronteira entre ambos os países, a falta de confiança mútua em matéria de inteligência, e as reiteradas opiniões do presidente Chávez sobre assuntos internos colombianos (Romero 2009b).

Por isso, as relações Venezuela e Colômbia se projetam no marco do contexto da aliança entre a Colômbia e os Estados Unidos, e no interior do choque de dois projetos ideológicos antagônicos, o que levou à redução paulatina do comércio binacional, ao aumento do contrabando, à insegurança fronteiriça e à deterioração dos mecanismos de prevenção de conflitos entre os dois governos.

3.3. As relações entre Venezuela e Cuba

3.3.1. Antecedentes e desenvolvimento

A recepção de Hugo Chávez, em dezembro de 1994, em Havana, as múltiplas referências positivas ao socialismo cubano por alguns dos mais radicais de seus seguidores, e a conduta favorável de Cuba à nova liderança venezuelana marcaram o início de um novo capítulo nas relações entre Venezuela e Cuba. Isto foi reforçado pelo triunfo de Hugo Chávez nas eleições presidenciais da Venezuela, em dezembro de 1998.

A partir desse momento, as relações entre Venezuela e Cuba podem ser divididas em duas etapas. Uma, de caráter fundamentalmente bilateral, transcorre desde a chegada de Hugo Chávez pela primeira vez à presidência da Venezuela, de 1999 até o ano 2004. A outra vai desde 2004 até nossos dias, no contexto da criação da Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) (Alzugaray 2009; Domínguez 2004, Suárez 2009).

Cuba se converteu em um aliado fundamental para a Venezuela. Neste contexto, Cuba e a projeção histórica da Revolução Cubana muito serviram para a atual projeção internacional da Venezuela (Desai 2008; Desai 2007; Pérez-Stable 2006; Goldberg 2007).

Sob uma plataforma conjunta de cooperação, comércio e investimento econômico, as relações bilaterais entre Cuba e Venezuela se fortaleceram de maneira singular, a tal ponto que já se pode falar de uma complementação econômica entre os dois países. Cabe destacar o imenso volume financeiro que acompanha esta experiência, assim como o tipo de cooperação, onde a Venezuela oferece um aporte substancial (Mesa-Lago 2009; Pérez Villanueva 2009).

Para o Governo de Hugo Chávez, o novo interesse venezuelano por Cuba se volta ao acoplamento e defesa de dois projetos políticos e ao trabalho cooperativo comum para promover a revolução latino-americana e mundial. Tratou-se então de burlar o bloqueio econômico de Cuba por parte dos Estados Unidos, de ampliar o fornecimento de petróleo venezuelano a Cuba, de ter uma plataforma comum no plano internacional, e de reativar o movimento da esquerda mundial.

De igual modo, em ambas as capitais foram denunciadas as ações militares estadunidenses no Afeganistão e no Iraque, e a suposta proteção ao terrorista anticastrista, Luís Posadas Carriles, por parte das autoridades estadunidenses. Posteriormente, protestou-se contra a detenção de cinco cidadãos cubanos acusados de espionagem pela justiça estadunidense.

Desde o ponto de vista econômico e comercial, esta relação realizou uma guinada fundamental com a aprovação de um Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela, assinado em outubro de 2000, a fim de promover o intercâmbio de bens e serviços em condições solidárias. Isto levou a que a Venezuela fornecesse, no ano 2002, 53.000 barris de petróleo subsidiado a Cuba, que conta com preços preferenciais e fixos desde 2005 (27 dólares o barril), estando o custo do frete e dos seguros por conta da Venezuela (Romero 2009c).

Em 2005, a quota diária de petróleo venezuelano exportado a Cuba elevou-se a 97.000 barris diários (44.000 deles na quota para Cuba do mecanismo de PetroCaribe), o que significa 68% do total que Cuba consome (141 mil barris diários), conseguiu-se a remodelação da refinaria de petróleo de Cienfuegos, para o que se constituiu a empresa mista PDV-Cupet, que processa e eventualmente reexporta parte dos barris diários que Cuba recebe, sendo assinados outros acordos em matéria energética. Em 2008, a Venezuela enviou, em média, 115 mil barris diários de petróleo e derivados a Cuba.

Como contraprestação, Cuba começou a transferir à Venezuela mais de 13.000 trabalhadores cubanos, a maioria deles proveniente do setor de saúde (médicos, enfermeiras e paramédicos) e do setor esportivo, na forma de permuta, e desde 2003, na forma em pagamentos por serviços profissionais.

Isto levou a que, desde 2003, se dê uma massiva participação oficial cubana nas missões sociais do governo da Venezuela, na cooperação energética, nas visitas parlamentares, na promoção continental de outras missões sociais que têm como cenário inicial a Venezuela, como é o caso da Bolívia e da Nicarágua, na busca de uma integração alternativa latino-americana anticapitalista, na luta anti-imperialista mundial, e no impulso do socialismo (Romero 2008).

O trânsito da experiência venezuelana de uma revolução nacionalista para uma revolução socialista permitiu uma maior aproximação entre Venezuela e Cuba. De fato, produziu-se uma Declaração Conjunta em 14 de dezembro de 2004, onde se diz que “se aspira a uma harmonização de posições na esfera mundial”. Nesse mesmo dia foi assinada a ampliação e modificação do Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela (Romero 2009c).

A ampliação do Convênio permitiu afiançar uma nova fase de complementação econômica que vai além da cooperação petroleira e do intercâmbio de recursos humanos, reforçada pelo Acordo para a Construção da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), assinado por Cuba e Venezuela em 2004.

Esta aliança permite o comércio bilateral entre Cuba e Venezuela com tarifa zero, a criação e formato de empresas e projetos como: a Construtora ALBA, PDVSA-Cuba S.A., o projeto da Siderúrgica da ALBA, o projeto de complementação na indústria açucareira, o projeto de moradias em Cuba (PetroCasas), o projeto binacional Cuba-Venezuela para o desenvolvimento endógeno da produção agropecuária de Cienfuegos, o projeto de uma empresa ferroviária mista, o projeto de empresas mistas na área da tecnologia, acordos de financiamento do comércio exterior dos dois países através do Banco Industrial da Venezuela e do Banco de Comércio Exterior da Venezuela, acordos de promoção turística e de serviços aéreos e marítimos, um projeto em fase de execução para a construção de um cabo submarino de fibra óptica entre La Guaira (Venezuela) e Siboney (Cuba) de 1.630 quilômetros de extensão, para o qual se constituiu a empresa Telecomunicações Gran Caribe, S. A. (Telecom Venezuela e Transit de Cuba), com um custo aproximado de 63,4

milhões de dólares, a fim de romper o bloqueio tecnológico que não permite a Cuba conectar-se aos cabos submarinos atuais, o projeto de instalação de uma central elétrica na província de Holguín, a constituição de uma empresa mista de petróleo, VENCUPET, entre a Corporação Venezuelana de Petróleo, filial da Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a empresa estatal cubana, Comercial CUPEL, para atividades de exploração petrolífera na Faixa Petrolífera da Venezuela e o projeto misto de construção de um aeroporto internacional em San Vicente y Granadinas. Trata-se de um total de 26 empresas mistas e 190 em fase final de negociação (Romero 2008).

Neste contexto, as relações de intercâmbio comercial entre Venezuela e Cuba passaram de 388,2 milhões de dólares americanos, em 1998, a 464,1 milhões em 1999, a 912,4 milhões em 2.000, a 2.500 milhões em 2005, a 3.206 milhões em 2006 e a 7.100 milhões em 2007 (montante próximo a 45% do intercâmbio total de bens e serviços da ilha). Em 2007, o comércio de bens esteve perto de 2.700 milhões de dólares e o de serviços, em 4.400 milhões. No ano 2008, o comércio de bens entre Cuba e Venezuela esteve na ordem de 5.283 milhões de dólares, de cujo montante 4.800 foram em exportações venezuelanas a Cuba e 483 milhões em importações venezuelanas desde Cuba. A ajuda de Caracas a Havana foi calculada, em 2008, em cerca de 9.400 milhões de dólares: 5.600 milhões de dólares em pagamentos de serviços profissionais, 2.400 milhões em subsídio às vendas de petróleo venezuelano, sob o mencionado preço fixo de 27 dólares, e 1.400 milhões de dólares em outros projetos de cooperação bilateral. Se se agrupa o pagamento de serviços profissionais como parte do intercâmbio comercial entre os dois países, este chega em 2008 ao montante total de 10.400 milhões de dólares, 32% mais que em 2007 (Romero 2009c).

A Venezuela é agora o principal sócio comercial de Cuba e exporta para Cuba: petróleo e derivados, calçados, têxteis, materiais de construção, produtos plásticos e insumos industriais. Caracas importa de Cuba assistência técnica e medicamentos e financia vários projetos comuns. Em matéria de dívida acumulada de Cuba com a Venezuela, no final do primeiro semestre de 2009, esta se situava em cerca de 4.975 milhões de dólares americanos, 24% do total das contas a serem cobradas pela Petróleos de Venezuela (PDVSA) em matéria de cooperação petrolífera.

Em finais de 2007, as autoridades cubanas calculavam que havia na Venezuela 39.000 “colaboradores” desse país, 31.000 deles no setor saúde, 75% do total mundial dos cooperadores internacionais de Cuba, cuja cifra total chegou nesse ano a 62.000. Estima-se que há 51.000 colaboradores cubanos na Venezuela no ano 2010 (Romero, 2008).

3.3.2. Aspectos estratégicos

Em matéria estratégica, desde 1999 a conexão entre Venezuela e Cuba vem substituindo a histórica relação entre a Venezuela e os Estados Unidos. Por outra parte, uma vez que os Estados Unidos, e não a Colômbia, passou a ser a primeira hipótese de guerra nos planos de defesa da Venezuela, foi sendo adaptada uma doutrina militar, considerada como a dos “dois passos”, na qual prevalece a ameaça de um eventual ataque simultâneo dos Estados Unidos à Venezuela e à Cuba, com a possibilidade de uma guerra de quarta geração de modalidade assimétrica.

De 1999 a 2008, ocorreram colaborações humanitárias da esquadra venezuelana em decorrência de eventos naturais na ilha, e várias visitas de delegações oficiais e grupos de estudo militares venezuelanos a Cuba, a fim de manter intercâmbios profissionais e receber instrução militar. Em 2007, estabeleceu-se a Adidância Militar da Venezuela em Cuba, e desde 2009 existe a Adidância Militar, Naval e Aérea cubana e um Grupo de Coordenação e

União das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba na Venezuela, cujo chefe é o general de brigada Frank Yáñez. Até agora não se tem informação confiável sobre a existência de um tratado militar entre os dois países, nem tampouco de compra de material bélico entre eles ou de terceiros países, ou sobre manobras militares conjuntas.

Por outro lado, fica em aberto a polêmica se a Venezuela prevê ajuda a Cuba em caso de uma invasão estadunidense, a possibilidade de uma cooperação tripartite entre Cuba, Venezuela e Irã ou Rússia, o uso militar por Cuba de uma base militar venezuelana, a certeza da presença de oficiais cubanos dentro da Força Armada Bolivariana da Venezuela, nas instituições venezuelanas dedicadas à identificação de seus cidadãos, no registro de seus bens, na inteligência política e na inteligência militar venezuelanas.

Mas se observa, pelo menos, a adoção de certa iconografia militar de inspiração cubana (como é o caso dos novos uniformes militares venezuelanos e o lema adotado pela Força Armada da Venezuela, “Pátria, socialismo ou morte”) (Romero 2009c).

Em abril de 2008, os países membros da ALBA assinaram um Acordo para a Implementação de Programas e Cooperação em matéria de Soberania e Segurança Alimentar, e um Acordo de Solidariedade e Apoio ao Povo e ao Governo da Bolívia. Levando em conta que a Venezuela assinou um Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre a República da Bolívia e a República Bolivariana da Venezuela em matéria militar, em maio de 2006, não se deixou de comentar que a esfera de ação da ALBA estava sendo estendida ao plano militar. Durante a VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA, realizada em outubro de 2009, foi decidida a criação de um Conselho de Segurança da ALBA, conhecido e implementado como Comitê Permanente de Soberania e Defesa da ALBA-TCP, e uma escola militar regional da ALBA.

Pois bem, o que começou como uma missão de intercâmbio de pessoal militar converteu-se em uma missão estratégica, e desde o mês de janeiro de 2010 foi entregue ao Comandante da Revolução e Ministro de Telecomunicações e Informática do governo de Cuba, Ramiro Valdés, a co-coordenação do plano de racionamento elétrico da Venezuela. Isto é parte do aprofundamento da cooperação entre a Venezuela e Cuba, que já se converteu, de fato, em uma complementação econômica e que agora poderia passar a uma “fase militar”.

3.3.3. O futuro

Sobre o futuro destas relações ficam algumas questões por analisar: 1) Até que ponto esta cooperação é sustentável e está condicionada pelos rendimentos do petróleo venezuelano, e não pela geração de rendimentos cubanos próprios? 2) Quais são os parâmetros para medir a eficácia e eficiência destes programas de cooperação e até que ponto se cria um espaço para a retificação de algumas metas e instrumentos que, segundo alguns analistas, têm apresentado uma série de deficiências? 3) Que tipo de efeito não desejado possui esta cooperação para a sociedade cubana, sobretudo em matéria de distribuição de renda, a captação ilegal de recursos e entre os que têm ou não acesso, em Cuba, à cooperação venezuelana? 4) Até que ponto, a relação de Cuba com a Venezuela pode afetar a economia da ilha por não ter efeitos multiplicadores internos, por isolá-la do resto dos países que querem revitalizar as relações diplomáticas e comerciais com o regime cubano e pelo perigo que significa “ancorar outra vez a economia cubana à existência e ao futuro de um sócio privilegiado” (Bayo, 2010).

3.4. As relações com os Estados Unidos

3.4.1. Antecedentes e desenvolvimento

Um cenário regional de segurança coletiva enfrentado aos Estados Unidos seria impensável nas atuais circunstâncias. Mas é o que vem apresentando o governo do presidente Chávez. A Venezuela ingressou em terrenos que tendem a ser muito preocupantes para os Estados Unidos: as ameaças de um embargo petroleiro da Venezuela aos Estados Unidos, a recusa venezuelana em fomentar uma cooperação militar e em participar nos exercícios militares regionais e bilaterais com os Estados Unidos, as proto-alianças militares extrarregionais às quais a Venezuela aspira, e a compra de armamento russo, chinês e bielo-russo.

Os supostos laços de colaboração da Venezuela com o terrorismo internacional, de acordo com fontes do Governo estadunidense, e as expropriações de empresas privadas, locais e estrangeiras chamaram a atenção das mais altas esferas da Casa Branca, do Congresso estadunidense e de outros atores internos da sociedade estadunidense (Romero e Corrales 2009).

É a Venezuela um “*test case*” para a administração Obama? Até agora, o presidente Chávez constatou, à luz dos informes sobre a Venezuela que Washington começa a produzir, durante estes dois anos do novo período presidencial e das referências de alguns funcionários do governo estadunidense, que não há uma mudança substancial na agenda de segurança e defesa para a região e especificamente em relação à Venezuela.

Essa agenda está marcada pela luta contra o narcotráfico e o terrorismo e pela promoção da democracia representativa, estendendo a agenda de segurança a uma combinação de temas “duros” e “brandos”, desde a perspectiva de “deter” e fazer retroceder, no que for possível, o impacto regional da experiência chavista.

3.4.2. Depois de Bush

Conhecidos os resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos, o Ministério de Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela emitiu um comunicado, pelo qual Caracas felicitava o novo governo estadunidense. Mas a “primavera” entre Washington e Caracas durou pouco tempo. O Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos publicou, durante o mês de fevereiro de 2009, dois informes. Na seção sobre a Venezuela do informe sobre os direitos humanos, se especifica que a “politização do poder judiciário e as ameaças oficiais à oposição política e aos meios de comunicação caracterizaram a situação dos direitos humanos durante o ano 2008” (U. S. Department of State 2009a). No informe de 2008 sobre a estratégia de controle internacional de narcóticos do Departamento de Estado, estima-se que a “Venezuela se mantém como um país importante de trânsito de drogas, com altos níveis de corrupção e um frágil sistema judiciário. O crescente trânsito de drogas através do território venezuelano é facilitado pela ausência, nesse país, de uma cooperação internacional antinarcóticos” (U. S. Department of State 2009b).

A Venezuela reagiu a estes relatórios. O Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores emitiu um comunicado onde expressa que “o governo da República Bolivariana da Venezuela, em defesa da soberania do povo venezuelano, recusa da maneira mais categórica e firme, a publicação, por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos, de um informe no qual se pretende avaliar o estado geral dos direitos humanos em diversos países do mundo, entre eles a Venezuela” (República Bolivariana de Venezuela Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores 2009).

O presidente Chávez, ao fazer um comentário sobre essas posições do governo estadunidense sobre a Venezuela, disse: “Obama, encarregue-se do que é seu, que eu me encarrego aqui do que é meu... não siga o mesmo caminho torpe e estúpido do anterior governo dos Estados Unidos” (Venezolana de Televisión 2009).

Posteriormente, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, se ofereceu para conversar com o presidente Obama sobre a possibilidade de promover uma reacomodação nas relações entre Washington e Caracas. Sobre este gesto brasileiro, o presidente Chávez manifestou que “em princípio, nós não necessitamos de intermediários para falar com nenhum governo neste planeta, porque somos um governo adulto, uma república democrática e independente, mas como se trata de Lula e de sua boa fé, eu lhe disse que lhe daria luz verde para que fale com o novo presidente dos Estados Unidos o que acredita ser conveniente, mas eu lhe disse que não tenho muitas esperanças de que esse governo mude, não com a Venezuela, mas com o mundo inteiro” (Romero e Corrales 2009).

Durante a Quinta Reunião de Cúpula Hemisférica, realizada em Puerto España, nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2009, ocorreram alguns encontros casuais entre o presidente dos Estados Unidos e o presidente da Venezuela, manifestando o presidente Chávez ao presidente Obama que “queria ser seu amigo”, o que foi interpretado como um relaxamento das tensões entre ambos os governos.

Posteriormente, os países membros da OEA chegaram a um acordo no mês de junho de 2009, para revogar a resolução de 1962 que suspendeu Cuba da Organização, no marco da XXXIX Assembléia Geral da OEA, realizada em San Pedro Sula, Honduras. A Venezuela e os Estados Unidos coincidiram em votar a favor dessa resolução e se abriu um espaço para o retorno dos embaixadores de cada país às suas funções.

Em finais desse mês de junho de 2009, tornaram-se sem efeito as medidas que pesavam sobre os embaixadores em Caracas e Washington. O embaixador venezuelano Bernardo Álvarez retomou posse de seu cargo em 26 de junho de 2009, e o embaixador estadunidense regressou a Caracas em 1º de julho de 2009, em um ambiente positivo para o bom andamento das relações.

Recordemos que, em fins de setembro de 2008, a Venezuela declarou o embaixador estadunidense, Patrick Duddy, *persona non grata* e lhe deu um prazo de 72 horas para que saísse do país. O governo alegou duas razões. Primeiro, acusou os Estados Unidos de participar em supostas tentativas de golpe de Estado e nos preparativos de um suposto magnicídio ao presidente Chávez. Segundo, Caracas justificou a expulsão como ato de solidariedade com a expulsão, nesse mesmo mês, do embaixador estadunidense na Bolívia por parte do presidente Evo Morales. O governo dos Estados Unidos respondeu com a mesma moeda, ao declarar *persona non grata* o embaixador venezuelano Bernardo Álvarez, a quem o presidente Chávez já havia retirado de seu posto quando foi expulso o embaixador Duddy (Romero e Corrales 2009).

No entanto, esta expectativa se viu afetada pela crise originada em Honduras, dada a abrupta saída do poder, com a ativa participação do exército hondurenho, do presidente Manuel Zelaya e pela intenção dos Estados Unidos de usar instalações militares colombianas para atividades de cooperação militar com esse país. A partir desse momento, deu-se uma escalada de confrontamentos diplomáticos entre os dois países. Por uma parte, o Governo dos Estados Unidos desqualificou a atividade antinarcóticos do governo da

Venezuela e, por outra, o governo da Venezuela voltou a retomar as acusações contra o “império” (Theis 2009).

No mês de outubro de 2009, saiu à luz um informe da U. S. Government Accountability Office (GAO) no qual se constata a falta de cooperação da Venezuela na luta antidrogas com esse país. Por outra parte, de acordo com o Departamento de Energia dos Estados Unidos, o envio de petróleo e derivados da Venezuela aos Estados Unidos se reduziu a 1.140.000 barris de petróleo diários em fins de 2009, por falhas da Venezuela. A Venezuela envia aos Estados Unidos 74% de sua produção petroleira exportável, mas os barris venezuelanos significam somente 9,6% das importações estadunidenses de petróleo. As exportações venezuelanas aos Estados Unidos eram em 2009 constituídas em 96% por petróleo cru e derivados (Romero e Corrales 2009).

Para o ano 2009, o comércio entre os dois países representou um total de 37.454 milhões de dólares, 28.094 milhões em exportações e 9.360 em importações. Isto significa uma queda em dólares de cerca de 40% com respeito ao ano de 2008, quando o comércio total entre os dois países foi de 62.892 milhões de dólares, sendo 50.281 em exportações e 12.611 em importações venezuelanas (Romero e Corrales 2009).

O governo da Venezuela trata de influenciar o desenvolvimento da política externa de Washington para a América Latina e para a Venezuela com base em dois objetivos: 1) que o governo de Obama não dê um apoio especial à oposição venezuelana; 2) que não prospere a política de defesa e a aliança com a Colômbia. Sobre isto, o governo da Venezuela denunciou a extensão do Plano Colômbia e da presença estadunidense na América Latina, através da prática da tese proposta no Comando Sul de “Ação Estratégica Integrada” onde se coloca ênfase nas atividades sociais de contrainsurreição, e não nas propriamente militares.

As iniciativas venezuelanas contra os Estados Unidos aspiram a proteger os países da ALBA, a fim de evitar que se repita uma situação como a de Honduras. Com Cuba, a Venezuela dobrou sua colaboração econômica a fim de pressionar o governo de Raúl Castro para que não ceda diante dos Estados Unidos no relativo à matéria comercial e ao tema migratório.

Nos Estados Unidos existem ao menos três grupos que querem influir nas decisões do presidente Obama sobre a Venezuela. Em primeiro lugar, está o grupo da “segurança” que, desde o Pentágono e através da Secretaria de Defesa, mantém uma “linha dura” contra o governo venezuelano, apoiando o governo da Colômbia em sua política de segurança democrática, advertindo sobre as relações de Caracas com Teerã, denunciando as supostas vinculações da Venezuela com grupos insurgentes e, em particular, com a guerrilha colombiana, e alertando sobre as crescentes compras militares da Venezuela. Em segundo lugar, está um grupo “diplomático” que, através do Departamento de Estado, mantém a política de “esperar e ver”, sobre a manutenção, em ao menos um mínimo, das relações diplomáticas entre os dois países, e sustentar o fluxo comercial, promovendo, ao mesmo tempo, um isolamento diplomático da Venezuela no Hemisfério, através da criação de alianças com governos que se afastem do governo venezuelano, influenciar aliados do presidente Chávez como o Equador, e pressionar Cuba para que deixe seus vínculos com a Venezuela, caso Havana queira manter um diálogo com Washington. Um terceiro grupo é partidário de pressionar o governo de Obama para que trabalhe conjuntamente com alguns governos, a fim de restabelecer um diálogo bilateral entre Washington e Caracas.

4. TRÊS CASOS NÃO-HEMISFÉRICOS

4.1. As relações da Venezuela com a China

Para o governo do presidente Chávez, a China é um país chave para sua diversificação comercial e econômica, e para reduzir sua dependência do mercado estadunidense de importação de petróleo. A China tomou o lugar dos Estados Unidos como mercado principal de diversos minerais. A necessidade de matérias primas determina, em grande medida, sua política externa. A Venezuela oferece recursos naturais, e sua diplomacia comercial se orienta a buscar novos e importantes sócios.

O que Caracas pensou, em um momento, que podia ser um vínculo que se estendesse além do econômico e comercial, converteu-se em uma relação pragmática onde, ao menos desde a óptica de Pequim, o ideológico não tem espaço, nem em referência ao tema da revolução mundial e, menos ainda, ao tema do passado maoísta chinês. Assim, a Chancelaria desse país esclareceu que “China e Venezuela mantêm relações normais de Estado a Estado. Não estão baseadas na ideologia, não estão dirigidas contra uma terceira parte, e não afetarão outros países” (Romero e Corrales 2009; CEPAL, 2009; Theis 2010).

O intercâmbio de acordos e iniciativas conjuntas incluiu temas como a energia, a agricultura, a alta tecnologia e a construção de infraestruturas, com mais de 300 convênios específicos no marco do Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, assinado em 2000. O aumento do comércio entre a Venezuela e a China foi muito importante: a Venezuela exporta petróleo e derivados e produtos férreos. A Venezuela importa da China maquinário, tratores, automóveis e artigos de consumo de massa, sobretudo eletrodomésticos e eletrônicos. Em 1999, o intercâmbio esteve em torno de 276 milhões. Cinco anos mais tarde, em 2004, foi da ordem de 1.333 milhões. Em 2008, o volume de intercâmbio comercial total entre China e Venezuela ascendeu a 9.850 milhões de dólares, com um incremento de 68,2% em relação ao montante de 2007, que foi da ordem de 5.800 milhões. Em 2008, o superávit foi favorável à Venezuela na ordem de 3.441 milhões de dólares.

As cifras preliminares do ano de 2009 indicam que o comércio entre os dois países chegou a um montante de 11.000 milhões de dólares. A Venezuela se converteu no quarto maior provedor de petróleo da China e em seu quinto sócio comercial na América Latina (depois de Brasil, México, Chile e Peru), contando com um fundo binacional para a promoção do intercâmbio comercial e investimentos conjuntos dos dois países com capital inicial de 6.000 milhões de dólares, que está agora na ordem dos 12.000 milhões de dólares e que pode chegar a estar, em final de 2010, em 32.000 milhões de dólares americanos; e em parte em seu equivalente em ienes, dos quais, uns 28.000 milhões serão aportados pela China, através de um empréstimo de longo prazo, amparado pelo envio futuro de petróleo venezuelano (Ríos 2009).

Em setembro de 2009 se deu a conhecer um acordo entre ambos os países para extrair, em finais de 2010, e de forma conjunta, um milhão de barris diários de óleo cru pesado e extrapesado da Faixa Petroleira do Orenoco. Agora, a Venezuela exporta cerca de 460.000 barris diários de petróleo cru e derivados à China (dos quais a China reexporta uns 98.000 barris de cru diários), mas esta continua sendo uma quantidade pequena em comparação com os 1,5 bilhões de barris de petróleo e derivados que a Venezuela exporta aos Estados Unidos. O acordo é para a exploração na área Junín 8 da Faixa Petrolífera do Orenoco e o investimento chinês previsto nesta operação ascende a 16.000 milhões de dólares nos próximos três anos. De igual modo, projeta-se que, para 2012, a exportação de barris diários

e derivados à China possa chegar ao montante de um milhão de barris diárias (Romero e Corrales 2009).

A China, além disso, construirá perfuradoras e plataformas petrolíferas, ferrovias, malhas ferroviárias e moradias. Petróleos da Venezuela (PDVSA) construirá três refinarias de petróleo em território chinês, e empresas petrolíferas chinesas participarão na construção e exploração de refinarias na bacia do Orenoco, com a meta de não somente exportar para a China, como também a terceiros países. Da mesma forma, estaleiros chineses construirão para a Venezuela três superpetroleiros de casco duplo para o transporte do óleo cru venezuelano para a China (Ríos 2009).

Outras iniciativas bilaterais centram-se nas telecomunicações. A cooperação técnica abrange desde a fibra óptica à fabricação de telefones celulares na Venezuela, mas o fato mais destacado tem sido a fabricação, construção e lançamento, em outubro de 2008, do primeiro satélite artificial venezuelano, o Venesat I, ou Simón Bolívar, em virtude de um acordo entre ambos os governos, assinado em 2005. Está previsto que um segundo satélite seja lançado em 2013.

Pequim acompanha o desenvolvimento de um parque tecnológico que permitirá à Venezuela a construção de pequenos satélites para levar a Internet, a telefonia móvel e a cabo a toda a Venezuela. Por outra parte, Vtelca, a empresa estatal de comunicações, em cooperação com a empresa de telecomunicações chinesa ZTE, fabrica os celulares C366 a um preço aproximado de 14 dólares por unidade.

A Venezuela se opôs, nos foros internacionais, à condenação da China pela suposta violação dos direitos humanos no país, e coincidiu, em várias ocasiões, com Pequim em temas referidos à cooperação Sul-Sul, o Movimento de Países não-Alinhados, a busca de um mundo multipolar, a expansão do uso mundial de moedas alternativas ao dólar e sua substituição como unidade de cálculo mundial.

O intercâmbio de delegações militares se produz com certa regularidade. Caracas comprou na China três radares 3-D JYL para o controle de seu espaço aéreo por um montante de 150 milhões de dólares, e é provável que adquira novos módulos em curto prazo. Também comprou 18 caças de fabricação chinesa para instrução área, K-8W (Ríos 2009).

4.2. As relações da Venezuela com o Irã

As relações diplomáticas entre Venezuela e Irã se estabeleceram em 1947 e, desde a criação da OPEP em 1960, se desenvolveram fundamentalmente no marco da cooperação política orientada à defesa dos países exportadores de petróleo. Naquele momento, ambos os países se encontravam próximos aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria (Brun 2008a).

Sem embargo, a revolução islâmica de 1979 muda a situação do Irã, tanto a nível interno como no relativo às suas relações com o resto do mundo, em especial com os Estados Unidos. A queda do aliado de Washington, o Xá do Irã, a instauração de um regime teocrático e o caso dos reféns estadunidenses de 1979 contribuíram para criar um ambiente hostil contra o Irã.

Já no século XXI, concretamente em 2002, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, incluiu o Irã no que denominou o “eixo do mal”, ao considerar que este Estado apoia atividades terroristas e desenvolve um programa nuclear à margem do estabelecido pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O programa nuclear iraniano

tampouco é aprovado pela maioria dos países ocidentais, que trataram de freá-lo através de negociações como as mantidas pela Comissão Europeia e aquele país, e das sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brun 2008b).

Frente a este panorama, o Irã manteve seu direito a desenvolver seu programa nuclear com fins pacíficos e recebeu o apoio de países como a Venezuela, o Brasil, Cuba e Bolívia. Neste marco se estrutura uma visão do mundo alternativa junto com o Irã, razão pela qual se articula uma aproximação progressiva com a Venezuela no plano diplomático, político e comercial, não somente a nível bilateral, mas com algumas projeções regionais.

O presidente Chávez visitou o Irã oito vezes; o presidente iraniano Jatami esteve na Venezuela quatro vezes, e o presidente Ahmadinejad quatro vezes. A mudança nas relações entre Venezuela e Irã começou durante a segunda presidência de Mohamed Jatami, mas se aprofundou a partir de 2005, quando Mahmoud Ahmadinejad foi eleito presidente desse país (Corrales 2010; Malamud e García 2007).

A crítica ao modelo de globalização neoliberal, ao sistema capitalista, à estrutura internacional unipolar e ao papel dos Estados Unidos no sistema internacional são alguns dos sinais do que ambos os países realizaram nos distintos encontros e foros multilaterais nos quais participam.

Ademais do discurso de confrontação em relação aos Estados Unidos, o governo venezuelano também criticou Israel, um país que foi duramente tratado pelo presidente Ahmadinejad, tanto no referente à sua integridade territorial, como em relação às dúvidas sobre “a veracidade” do significado do Holocausto do qual o povo judeu foi objeto durante a Segunda Guerra Mundial (Gratius e Fürtig 2009).

Em 14 de janeiro de 2009, o governo da Venezuela rompeu relações diplomáticas com Israel em resposta à ofensiva israelense em Gaza, pelo que já havia expulsado o embaixador de Israel na Venezuela em 6 de janeiro desse ano. As tensões do governo de Chávez com Israel haviam começado para valer em 2006, durante a campanha militar desse país contra o Hezbolá, no Líbano. Nessa ocasião, a Venezuela retirou seu embaixador de Israel (Brun 2008a; Gratius e Fürtig 2009).

No marco da Terceira Cúpula da OPEP, celebrada na Arábia Saudita em novembro de 2007, o presidente Chávez mostrou seu interesse em dar à organização um perfil mais político, contando com o apoio do Irã. Sem embargo, sua proposta não foi aceita pela maioria dos membros da organização, entre eles a Arábia Saudita, outro aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio (Gratius e Fürtig 2009).

O governo do presidente Chávez sondava a possibilidade de desenvolver um programa de energia nuclear desde 2005, e havia pedido a cooperação de governos como os da Argentina, Brasil, Irã, China, França e Rússia. Um acordo geral foi assinado com a Rússia a fim de explorar uma iniciativa conjunta em fusão termonuclear, medidas de segurança nuclear e o desenho de reatores de investigação nuclear e usinas de energia nuclear. A Venezuela teve um reator de pesquisa comprado em 1956 e fechado em 1994. Em 2007, o governo da Venezuela começou um programa de recursos humanos na área nuclear e no uso de tecnologia nuclear, que foi aprovado pela Agência Internacional de Energia Atômica ([IAEA](#)). A Venezuela possui urânio e assinou acordos de cooperação com o Irã (Gerami e Squassoni 2008).

Em fevereiro de 2010, o presidente Chávez reiterou várias vezes o objetivo da Venezuela de desenvolver a energia nuclear com fins pacíficos no país. Em 11 desse mês disse: “Quando começemos a desenvolver aqui nossa energia nuclear, por que vamos fazê-lo, vão nos vigiar, e dirão que Chávez está construindo a bomba atômica” (Venezolana de Televisión 2010). A Venezuela é o único país que se opôs várias vezes às resoluções da Agência Internacional para a Energia Atômica (AIEA) que condenaram o Irã em setembro de 2005, em fevereiro de 2006 e em 2009 (junto com Cuba e Síria) (Brun 2008b; Romero e Corrales 2009; Brun 2009b).

O Irã também cumpre a função de ser um sócio comercial com pouca participação do setor privado. Venezuela e Irã assinaram cerca de 270 instrumentos de cooperação – entre memorandos de entendimento, contratos e acordos em áreas como energia, educação e tecnologia, transporte, agricultura, fabricação de usinas e de autos, em matéria de saúde, e na construção de casas, destacando-se a tese iraniana de que a Venezuela poderia ser uma ponte para as relações desse país com o resto da América Latina.

O comércio entre ambos os países passou de US\$1,1 milhão, em 2004, a US\$50,7 milhões, em 2006, sendo US\$37,4 milhões de importações a Venezuela e US\$13,3 milhões de exportações ao Irã, levando a que a balança comercial fosse favorável ao Irã. Em 2007, o comércio bilateral esteve na ordem dos 35,8 milhões de dólares. Em 2008, o volume comercial chegou a 52,3 milhões de dólares, o que colocou a Venezuela como o quinto sócio comercial do Irã na América Latina. Isto dá lugar a se pensar sobre a distância que há entre os planos a desenvolver, a retórica sobre a importância das relações e o baixo montante comercial entre os dois países. Em 2009, os investimentos acumulados a partir de 2006 entre a Venezuela e o Irã calculam-se (em cifras preliminares) em 6.000 milhões de dólares. Daqui se depreende que os investimentos bilaterais são mais importantes no referente a montantes do que as próprias cifras do comércio bilateral (Karmon 2009; Botta 2009; Brun 2009a; Muñoz e Sainz 2008).

A empresa iraniana Petropars começou os estudos das reservas do bloco 7 da Faixa do Orenoco. Deste modo, os presidentes de ambos os países criaram duas empresas mistas, a Venezirian Oil Company e a Venezuela-Irã Petroquímica Company. A par das coincidências entre os mandatários, levou-se adiante uma intensa cooperação em múltiplas áreas e na futura exploração do bloco Ayacucho-3 da Faixa Petroleira do Orenoco.

Na primeira visita de Estado de Ahmadinejad à Venezuela, em setembro de 2006, foram assinados 29 acordos bilaterais em setores como uma manufatura de aço, a exploração de petróleo e a produção de automóveis econômicos (referimo-nos a uma segunda fase; na primeira fase os acordos tinham sido firmados pelo presidente Jatami), a petroquímica, a saúde, a mineração e a agricultura, o treinamento de trabalhadores siderúrgicos e a fabricação de instrumentos cirúrgicos, medicamentos e vasilhames plásticos (Brun 2008a).

Por outro lado, o Irã e a Venezuela assinaram um acordo para a construção de um complexo petroquímico por um valor de 1.500 milhões de dólares, uma usina de cimento e outra automotriz, além de uma fábrica de bicicletas todas as quais já em funcionamento. Os últimos acordos centraram-se em petroquímica, nanotecnologia, serviços espaciais e biotecnologia.

Em matéria energética, criou-se a companhia Venezuelan Iranian Oil & Gas Co. (Veniroc), formada por PDVSA e pela empresa iraniana PETROPARS, onde cada uma das empresas estatais possui 50% das ações, visando a desenvolver operações em tudo o que se refere a

petróleo e gás em terceiros países (entre outros empreendimentos, construir uma refinaria na Síria). Também se criou, conjuntamente, uma fábrica de tratores a “*VenIran Tractor*”, e a Venirauto, que é uma companhia mista de automóveis. O representante persa é a Aidco, com 36% de capital acionário, e a Corpivensa, representando o Estado venezuelano, possui o resto das ações (Brun 2008a).

Em abril de 2009, foi inaugurado o fundo binacional Venezuela-Irã, que tinha um capital de 200 milhões de dólares ao final de 2009, e 400 milhões ao começar 2010. O fundo fortalecerá a aliança estratégica da Venezuela com o Irã e a cooperação Sul-Sul.

Em outubro de 2008, o Tesouro estadunidense promoveu sanções contra o Banco de Desenvolvimento de Exportações do Irã e o Banco Internacional de Desenvolvimento da Venezuela, filial da entidade iraniana em Caracas, com o congelamento de seus ativos nos Estados Unidos e a proibição aos estadunidenses de qualquer negociação com estas entidades.

No mês de abril de 2010, tornou-se público um investimento venezuelano de mais de 76 milhões de dólares em uma participação conjunta em um projeto de desenvolvimento de um campo de gás no Irã, que ultrapassa o montante de 20 milhões, permitido pela Lei de Sanções contra o Irã, o que poderia provocar uma sanção por parte de Washington, como a de vetar a participação da Venezuela em contratos com o Governo estadunidense, dar curso a empréstimos maiores do que 10 milhões de dólares, e que poderia chegar até o bloqueio das exportações venezuelanas aos Estados Unidos. O governo estadunidense enviou uma nota à Venezuela a fim de esclarecer esta participação.

4.3. As relações entre Venezuela e Rússia

4.3.1. Antecedentes e desenvolvimento

Como ocorreu no caso da Rússia e de outros países, a Venezuela vem se convertendo em uma economia fundamentalmente estatal, nacionalizando empresas, renacionalizando outras, criando novas corporações e fundos de investimento estatais, e recusando, de maneira significativa, tanto o investimento estrangeiro privado como o investimento privado local. O peso do setor público (35% do PIB agora e projetado, segundo fontes oficiais, de 75% em 2013) é observado na área energética (petróleo, gás, eletricidade, carvão e outros minerais), mas também em outros setores industriais, comerciais e de serviços. É um espectro que vai desde as empresas de produção social até empresas de comida rápida (Tompson 2008). Nisto também há uma similitude entre a Venezuela e a Rússia: o crescente controle acionário do Estado em uma complexa rede de rádio e televisão e outros meios audiovisuais (Nelson 1993; Mandelbaum 2007; Etzioni 2007; Romero e Corrales 2009).

A Rússia está regressando à América Latina depois do que Moscou chamou de “a década perdida” dos anos noventa. No ano 2008, a Rússia manteve um comércio com a região da ordem de 15.000 milhões de dólares americanos, dos quais 6.000 milhões foram de comércio com o Brasil (40% do total), 400 milhões de comércio com Cuba, e cerca de 1.000 milhões com a Venezuela, num montante de 967,8 milhões de dólares americanos de importações da Venezuela da Rússia, e de 320.000 dólares de exportações venezuelanas à Rússia, refletindo-se, assim, uma assimetria muito grande, sendo quase toda a importação venezuelana constituída por compras militares por parte do Governo venezuelano (Bermúdez 2009).

Desde 1999, o presidente Chávez esteve na Rússia por oito vezes, e foram assinados mais de 60 instrumentos de cooperação entre Rússia e Venezuela. Ademais dos acordos de compra de armas, tem-se um acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear, do qual se derivaria o compromisso russo de proporcionar tecnologia nuclear e de construir uma central nuclear na Venezuela.

Também se contempla um acordo bilateral russo-venezuelano para explorar a mina de ouro “Las Cristinas”, e outras minas com menor quantidade de ouro, e para desenvolver outras atividades mineiras. Em meados do mês de setembro de 2009, a Rússia outorgou um crédito de 4.000 milhões de dólares americanos à Venezuela, parte do qual se utilizará para compras governamentais de bens e serviços da Venezuela à Rússia.

Também se destacam a fundação do Conselho Empresarial Russo-Venezuelano, a criação de um fundo binacional de 12.000 milhões de dólares que agora se converteu em um banco binacional, um projeto para facilitar as transações comerciais bilaterais em moedas nacionais, a criação de uma rota aérea direta para conectar as duas capitais e a criação de uma empresa mista entre a empresa russa Consórcio Nacional Petroleiro (CNP)-SRL (formada por Gazprom Neft, empresa de gás russa e outras empresas russas, LUKoil, Rosneft, TNK-BP, OBP e Surgutneftegaz) e a Corporação Venezuelana de Petróleo, a fim de investir mais de 20.000 milhões de dólares na prospecção e exploração conjunta do bloco Junín-6 na Faixa petrolífera do Orenoco em uma superfície de 447,85 km² e para extrair até 450.000 barris diários de petróleo cru extrapesado para o ano de 2017. A participação acionária é de 60% do CVP e de 40% para o CNP-SRL. Todos estes convênios são administrados pela Comissão Intergovernamental de Alto Nível (CIAN) Venezuela-Rússia. Produziram-se sete reuniões do CIAN e foi assinado um memorando para a avaliação e certificação de reservas no bloco Ayacucho 2 na Faixa Petroleira do Orenoco. Este memorando confirma que a TNK-BP, uma empresa mista russo-britânica, assistirá a PDVSA na avaliação e certificação de reservas no bloco. A empresa russa LUKoil também assinou um acordo com PDVSA. Também se comenta sobre um possível processamento de petróleo russo nos Estados Unidos nas refinarias de CITGO. Ademais, os representantes da empresa petroleira de gás russa, Consórcio Nacional Petroleiro (CNP)-SRL assinaram um acordo com PDVSA para explorar jazidas de petróleo e gás no bloco Ayacucho 3 e no bloco Carabobo 1, ambos situados na Faixa Petroleira do Orenoco.

Cabe mencionar que, no âmbito da cooperação militar com a ex-República soviética e aliada da Rússia, a Bielo Rússia, foram negociados, em finais de julho de 2007, entre o Ministério da Defesa venezuelano e aquele país, contratos por um montante de mais de mil milhões de dólares. A Venezuela e a Bielo Rússia formaram também uma companhia mista chamada Petroleira Bielo-Venezuelana (PBV) que tem o direito de explorar, por 25 anos, uma área da Faixa do Orenoco. A Venezuela exporta cerca de 80.000 barris diários à Bielo Rússia.

4.3.2. Aspectos militares

A Venezuela destinou, nos últimos nove anos, 15.690 milhões de dólares ao fortalecimento da área militar (pessoal, equipamentos, infraestrutura, educação, logística). Em termos gerais, a Venezuela passou de 39º principal importador de armas no mundo, em 1999, ao nono posto em 2007, e ao oitavo em 2008. Em 2007, a Venezuela se converteu no terceiro maior comprador de armas russas em nível mundial, depois da China e da Índia (Romero e Corrales 2009).

Neste contexto, a Venezuela está comprando armas russas e equipamento militar através de 12 contratos, assinados desde 2005, por mais de 5.400 milhões de dólares, com a intenção de pagar em efetivo e em parcelas, 3.200 mil milhões de dólares, e a soma restante com um crédito outorgado recentemente pela Rússia, pelo montante de 1.000 milhões de dólares e de outros 1.200 milhões no futuro.

Entre as armas russas compradas e por comprar pela Venezuela estão: 3 submarinos Varshavianka Classe 3; 24 aviões de combate Sukhoi-30 MK-2; 60 helicópteros de combate, M 17 Mi 26, Mi 28N e Mi 35; aviões de transporte Antonov; um número indeterminado de baterias antiaéreas Igla-S-24 e S-125 Pechora 2M, e 100.000 fuzis Kalashnikov AK-103. Além do mais, estão em construção, na Venezuela, uma fábrica de fuzis Kalashnikov e de munições, um centro de reparos de helicópteros e um centro de treinamento para pilotos de aviões militares.

Além disso, projeta-se a compra, pela Venezuela, de um segundo lote de armas russas sofisticadas, tais como um número indeterminado de aviões Sukhoi Su-35, aviões patrulha II-114, os sistemas de defesa antiaéreos Strela-S-300PMU-2 e Tor-M2E, lançaadeira de bocas múltiplas para mísseis Smerch, lança-foguetes Buk-M1 e M2, radares Antey, 2.500, veículos de combate blindados tipo BMP-3 e eventualmente BMP-3S, 90 tanques T-72 e T-90, veículos lançadores de mísseis 5P85SE e lançaadeiras de mísseis 48N6E2, três submarinos projeto-636, um projeto submarino-877 e 12 transportes pesados militares Iliushin-76 (Romero e Corrales 2009).

No ano 2008, o presidente Chávez anunciou que se efetuariam exercícios navais da Venezuela com a Rússia, que se celebraram de 14 a 19 de novembro desse ano. A Rússia forneceu dois Tu-160 bombardeiros estratégicos (conhecido como Blackjack) e bombardeiros Tu-95MC, o cruzeiro de propulsão nuclear “Pedro o Grande”, sem armas nucleares a bordo, a fragata Almirante Chabanenko e barcos de apoio caçadores de submarinos. O Governo russo anunciou, em 10 de setembro de 2008, a colocação, por uns dias, de dois bombardeiros estratégicos russos Tu-160 em uma base aérea venezuelana e suas posteriores práticas de voo no Caribe (Alandete 2008).

A visita a Moscou do então Vice-Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Ramón Carrizalez, em junho de 2009, deu lugar à criação de um banco binacional com um capital inaugural de 4.000 milhões de dólares (seu objetivo é chegar a 12 mil milhões de capital), com a participação da Rússia em 51%, algo similar aos bancos binacionais abertos pela Venezuela com o Irã e a China, assim como importantes operações de crédito ao estilo dos assinados com Japão, Brasil e Catar.

Também foram assinados projetos para a exploração geológica de petróleo e gás na Venezuela por empresas russas, a reativação de um projeto de cooperação nuclear com fins pacíficos e a certificação do crédito já mencionado de 2.000 milhões de dólares para compras militares, especificamente para o financiamento da venda de tanques russos para a Venezuela (Vicepresidencia de la República Bolivariana de Venezuela 2009).

Durante o mês de setembro de 2009, o presidente Chávez visitou a Rússia pela oitava vez, ocasião em que a Venezuela se converteu no terceiro país do mundo (depois da Rússia e da Nicarágua) em reconhecer Abkhásia e Ossetia do Sul, repúblicas separatistas da Geórgia, respaldadas por Moscou (a Venezuela apoiou a Rússia durante o conflito deste país com a Geórgia). Por outra parte, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou uma lei para

manter a confiabilidade dos acordos militares com a Rússia, a fim de proteger a informação secreta, no marco da cooperação técnico-militar bilateral.

Em 2008, a Rússia propôs a construção de reatores de potência nuclear na Venezuela, e os dois países estabeleceram um grupo de trabalho. Atomstroyexport, a mesma companhia que construiu a usina nuclear de Bushehr no Irã, confirmou sua participação em negociações para um acordo de cooperação nuclear com a Venezuela. Nesse mesmo ano, durante a visita do Presidente russo Dmitry Medvedev a Caracas, firmou-se um acordo-marco, estabelecendo uma “cooperação em matéria de fusão termonuclear controlada, segurança de instalações nucleares, e desenvolvimento, construção e destruição dos reatores experimentais e centrais atômicas”. Um dos elementos consignados no acordo-marco Rússia-Venezuela é a assistência no desenvolvimento do urânio (Schwartz 2009).

O secretário do Conselho de Segurança Nacional da Rússia, Nicolai Patrushev, participou da VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA, realizada em Cochabamba, Bolívia, em outubro de 2009, na qualidade de observador convidado (Romero e Corrales 2009).

Vladimir Putin, primeiro ministro da Rússia e ex-presidente desse país, esteve por quase 24 horas em visita a Caracas em 2 e 3 de abril de 2010. O Presidente venezuelano e o Primeiro Ministro da Rússia assinaram 31 acordos de cooperação em matéria de energia, infraestrutura, ciência e tecnologia, transporte, educação, cultura e indústrias.

O exame da lista dos acordos assinados certifica que a maioria deles foi assinado previamente. Por isso, na realidade, somente há dois que se destacam: um se refere à assinatura de um novo convênio para a cooperação nuclear com fins pacíficos, que é um tema que o presidente Chávez tem em mente há vários anos, e que precisa ainda mais da colaboração russa para sua concretização. Os russos não queriam assinar este acordo, mas a pressão venezuelana para adquirir informação e tecnologia nuclear fez com que Moscou concordasse, a par de que o presidente Chávez está pressionando para que a já mencionada linha de crédito russa, de 2.200 milhões de dólares, se abra a fim de comprar mais armamento de Moscou.

Sobre o tema nuclear, o presidente venezuelano disse que: “conversamos sobre o tema e estamos dispostos a começar a elaborar o primeiro projeto para uma central de energia nuclear, obviamente com fins pacíficos” (El Nacional 2010).

Entre os acordos assinados, estão: um Memorando entre os ministérios de Energia Elétrica de ambos os países para a cooperação em matéria energética, em especial no relativo à planificação e engenharia, e uma Ata de intenção para permitir ao Consórcio Nacional Petroleiro russo (CNP-SRL), tal como se observou previamente, uma participação no desenvolvimento de outros blocos petroleiros venezuelanos.

Em particular, deu-se a assinatura de um acordo entre o Ministério de Energia e Petróleo e o Consórcio Nacional Petroleiro para a construção da Petromiranda e a exploração conjunta do bloco Junín 6, ao mesmo tempo em que se reiterou a incorporação do já mencionado Consórcio Nacional Petroleiro russo ao plano de desenvolvimento dos blocos Ayacucho 2, Ayacucho 3 e Junín 3, além do Junín 6, para ampliar a presença do CNP-SRL na Venezuela.

A celebração da VII Reunião intergovernamental entre os dois países e a visita do primeiro ministro russo a Caracas sentaram as bases para que se conversasse bilateralmente sobre a possibilidade de compra, pela Venezuela, de dois hidroaviões russos, modelo Beriev Be-200. Foi apontado também o interesse russo em vender, à Venezuela, lanchas de patrulha Mirazh, lanchas de desembarque Murena-E, sistemas móveis de artilharia costeira capazes de abater barcos a distâncias de até 130 quilômetros, mais de 50 aviões de fabricação russa An 148 (de passageiros), e um avião Be 200 (anfíbio-multifuncional).

Neste contexto, o primeiro ministro russo, Vladimir Putin, ao regressar de Caracas disse que a Venezuela aspira concretizar uma compra de armamentos e de material bélico russo da ordem de 5.000 milhões de dólares. Certamente, a Venezuela é um mercado muito lucrativo para as armas e a tecnologia militar russa, e para o aproveitamento, no longo prazo, das matérias primas energéticas venezuelanas (Agencia RIA NOVOSTI 2010).

5. CONCLUSÕES E PROJEÇÕES

Na América Latina e Caribe demonstrou-se recentemente como é difícil chegar a um consenso sobre o que deve ser uma resposta às mudanças globais. Entende-se que a globalização implica em um debate entre os que acreditam no modelo liberal e os que o recusam, seja de forma moderada ou de maneira radical.

Os dirigentes venezuelanos contribuíram para esse debate com respostas controvertidas. Desde a proposta de um modelo de populismo civil entre 1958 e 1989, pretendeu-se passar, entre 1989 e 1993, à aplicação de medidas do Consenso de Washington sem levar em conta as características de uma sociedade rentista. Após esse fracasso e a restauração do populismo civil entre 1994-1999, se quis impor, entre 1999 e 2010, e de forma gradual, uma receita estatista, personalista e radical.

O surgimento e a densidade destas propostas se relacionam com as tendências mundiais atuais que conduzem à crescente regulamentação da economia. A crise econômica devida à contração generalizada da demanda agregada, à falta de crédito e aos aumentos de tarifas e subsídios nacionais, assim como o surgimento de novas barreiras não-alfandegárias e de medidas *antidumping* reforçam essas tendências, assim como a crescente securitização das agendas de política externa. Por sua vez, e de maneira paradoxal, as expectativas sobre a concreção de um mundo multipolar possibilitam uma maior independência no jogo diplomático e comercial.

É pertinente assinalar que a confrontação política derivada da própria crise de legitimidade na política venezuelana nestes últimos trinta anos e a aspiração de implantar no país a proposta da democracia participativa, protagonística e comunal tendem mais a buscar, por parte do poder político, o controle sobre a sociedade. De fato, isto vem ocorrendo através da promoção de uma educação política dada pela via da imposição ideológica doutrinária de caráter autoritário, e não pelo caminho da persuasão e da deliberação. Por sua vez, se quis promover um capitalismo estatal e regulador, junto com outras formas locais de interação econômica e de orientação comunal que até agora têm feito diminuir demasiadamente a iniciativa privada.

As possibilidades de êxito da política externa da Venezuela de hoje estão dadas, em parte, pelo contexto internacional e também pelas especificidades de uma nação que não somente se encontra em uma “situação revolucionária” no marco de um projeto com aspirações hegemônicas, como também é o país com a maior reserva petrolífera do planeta. A

Venezuela conta atualmente com reservas comprovadas de 142.300 milhões de barris e se prevê a elevação desta cifra a 377.300 milhões de barris, dado que algumas reservas ao redor de 235.000 milhões de barris estão por ser confirmadas na Faixa Petroleira do Orenoco.

A configuração de uma nova identidade internacional para a Venezuela se deslocou por meio de três elementos que se mesclam. Por um lado, a política externa da Venezuela é parte fundamental do projeto bolivariano e do socialismo do século XXI. De fato, a diplomacia bolivariana foi manejada – muitas vezes – da mesma forma que os assuntos domésticos.

Em segundo lugar, o governo do presidente Chávez promoveu seu projeto político em um plano regional, junto com os países membros da ALBA. Da mesma maneira, Caracas procurou estabelecer alianças com países-chave na estrutura internacional atual com o propósito de impulsionar uma plataforma comum antiestadunidense e antiliberal.

Isto se completou, em terceiro lugar, com múltiplos compromissos com organizações, grupos sociais e personalidades que fizeram de Caracas, a nova Meca revolucionária.

A afinidade na procedência e a valorização do que é próprio como identidade global criaram laços estáveis com os “sócios”. Mas isto, por sua vez, coloca muitas questões. No plano internacional não está claro nem que a Venezuela tenha a possibilidade de ser um importante ator mundial e muito menos que suas alianças nesse nível sejam duradouras. Por outro lado, pode-se observar como muitos dos projetos promovidos pelo governo do presidente Chávez para a integração regional e o fomento das relações bilaterais ficaram apenas na fase inicial de formulação.

A Venezuela mantém e continua a oferecer sua tese do socialismo do século XXI e um “pacote ideológico” que tem como base concepções distintas do que significa, para a maioria na região, a democracia, o desenvolvimento e a política externa, ao mesmo tempo em que gera uma controvérsia sobre os alcances das múltiplas ingerências de Caracas nos assuntos internos de muitos países.

De fato, a proposta de um bolivarianismo regional e de um anti-imperialismo mundial serve de apoio a um discurso antiliberal contra a hegemonia estadunidense, a fim de diminuir seu poder. Esta proposta venezuelana significa um desafio para os países membros da CAN e do MERCOSUL, e em especial para o Brasil.

Para finalizar, não podemos encerrar este percurso pela atual política externa da Venezuela sem fazer menção a alguns cenários em forma de conjectura:

- 1) *Que tanto a política interna como a política externa da Venezuela sigam o caminho traçado desde 1999: “situação revolucionária”, socialismo do século XXI, poder comunal, promoção ou “pacote ideológico”, alianças internacionais anticapitalistas, uma política externa radical e antiestadunidense e uma tentação de exportar a revolução.*

- 2) *Que o governo de Hugo Chávez reduza o perfil ideológico de sua política externa a favor de uma conduta mais pragmática, pela própria existência de limitações para concretizar os atuais fins e objetivos da política externa da Venezuela, o que significaria cooperação e incentivos da comunidade internacional com a Venezuela para promover uma oposição mais forte e um diálogo com o Governo.*
- 3) *Que a conjunção de um ambiente doméstico hostil e um ambiente externo contrário obriguem a Venezuela a mudar seu perfil internacional, o que significaria um apoio aberto da comunidade internacional a um esforço de reconstrução política diferente do oferecido e buscado por Caracas nos últimos anos.*

Em qualquer dos cenários apresentados, os governos e outros atores internacionais devem estar atentos, tanto na região como no mundo em geral, à atuação de um país pequeno com uma política externa bifronte ativa e internacionalizada, que está desenvolvendo uma transição dual não-convencional (para menos democracia e menos mercado), com uma proposta ideológica radical-bolivariana, com a tentação de exportar a revolução, e com uma considerável reserva energética. Isto está ocorrendo em meio a vizinhos que se desenvolvem, a uma estabilidade regional, a preços altos das matérias primas e a um comércio mundial em crescimento.

Deveria ser mais discutido, em futuras investigações, quais são os verdadeiros objetivos dessa política. Se for o de consolidar no poder uma elite cívico-militar, quais são os atores que participam no processo de tomada de decisões: o presidente Chávez, o partido do governo, a tecnoestrutura ou o setor militar? E com que instrumentos se conta para executar tal política: os que provêm do *hard power* (militares e energéticos), do *soft power* (ideológicos), ou do *social power* (cooperação e ajuda).

Este artigo foi concebido como um estudo da política externa da Venezuela a partir de 1999. Ele foi pensado como a oportunidade de incorporar uma reflexão e algumas conjecturas sobre um caso que chama a atenção do continente e do mundo. A esse respeito, tratou-se de colocar duas questões gerais: 1) a política externa expressa uma ordem política diferente da que prevaleceu na recente história democrática da Venezuela; 2) quem conduz essa política aspira a mudar o mundo.

A história dirá o quanto se alcançou desses objetivos e a que custo.

BIBLIOGRAFIA

Livros e folhetos

- ARNSON, Cynthia; ESFANDIARI, Haleh; STUBITS, Adam (Ed.). *Iran in Latin America: Threat or ‘Axis of Annoyance’?* Washington: The Woodrow Wilson International Center for Scholars, Latin American Program and Middle East Program. Woodrow Wilson Center Reports on the Américas, n. 23, 2009.
- BLANCO, Carlos. *Revolución y desilusión: la Venezuela de Hugo Chávez.* Madrid: Catarata, 2002.
- BRUN, Elodie. *Les relations entre l’Amérique du Sud et le Moyen-Orient. Un exemple de relance Sud-Sud.* Paris: L’Harmattan, 2008b.
- CARRERA Damas, Germán. *Historia Contemporánea de Venezuela. Bases Metodológicas.* Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 1977.
- ETZIONI, Amitai. *Security First: For a Muscular, Moral Foreign Policy.* New Haven: Yale University Press, 2007.
- GOLDMAN, Marshall I. *Petrostate. Putin, Power and the New Russia.* Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KARMON, Ely. *Iran and its Proxy Hezbollah: Strategic Penetration in Latin America.* Real Instituto Elcano, Working paper, abril, 2009.
- KELLY, Janet; ROMERO, Carlos A. *Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y Conflictos.* Caracas: IESA-Libros del Nacional, Colección Minerva, 2005.
- LANGUE, Fredérique. *Hugo Chávez et le Venezuela. Un Action Politique au Pays de Bolívar.* París: L’Harmattan, 2002.
- MALAMUD, Carlos; GARCÍA, Carlota. La política exterior de Ecuador: entre los intereses presidenciales y la ideología, *Análisis Real.* Instituto Elcano, 61, n. 200, 2009.
- MALAMUD, Carlos; GARCÍA, Carlota. “Los actores extrarregionales en América Latina (II): Irán”. *Análisis Real.* Instituto Elcano, n. 124, 2007.
- MANDELBAUN, Michael. *Democracy’s Good Name. The Rise and Risks of the World’s Most Popular Form of Government.* New York: Public Affairs, 2007.
- MUÑOZ, Ana, BERMÚDEZ, Ángel; SAINZ, Nora. *Globalización, interregionalismo y auge asiático: La impronta de China e Irán en América Latina.* Documentos Cidob, Serie: Asia, n. 21, 2008.
- PÉREZ-STABLE, Marifeli. *Cuba en el siglo XXI: ensayos sobre la transición.* Madrid: Colibrí, 2006.
- OLSON, Mancur; KAKOHEN, Satu (Ed.). *A Not-So Dismal Science. A Broader-View of Economies and Societies,* Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ROMERO, Carlos A. *Venezuela. Una integração complexa.* Coleção Cadernos da América Latina. São Paulo: Fundação Memorial, 2008.
- ROMERO, Carlos A. *Jugando con el globo. La política exterior de Hugo Chávez.* Caracas: Ediciones B, 2006.
- SUÁREZ Salazar, Luis. *El siglo XXI: Posibilidades y desafíos para la Revolución Cubana.* La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.

TOMPSON, William. *Back to the Future? Thoughts on the Political Economy of Expanding State Ownership in Russia*. Paris: Science Po, CERI, Les Cahiers Russie/The Russian Papers, 2008.

TUGWELL, F. *The Politics of Oil in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press, 1975.

TULCHIN, Joseph S.; ESPACH, Ralph H. (Ed.). *América Latina en el Nuevo Sistema Internacional*. Barcelona: Edicions Bellaterra, p. 255-286, 2004.

Artigos e manuscritos

ALZUGARAY Treto, Carlos. “Cuba cincuenta años después: continuidad y cambio”. *TEMAS*, n. 60, Octubre-Diciembre de 2009, p. 37-47, 2009.

BAYO, Francesc. “Transformaciones limitadas y Desafíos Persistentes en Cuba. Barcelona. *Documentos CIDOB*. CIDOB Edicions, Serie América Latina, n. 33, 2010.

BOUZAS, Roberto; RÍOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Motta. “Retos y Perspectivas de la Integración Sudamericana”. *Foreign Affairs en Español*, v. VII, n. 4, p. 61-68, Octubre-diciembre de 2007.

BRUN, Elodie. “Iran’s Place in Venezuelan Foreign Policy”. In: ARNSON, Cynthia, ESFANDIARI, Haleh; STUBITS, Adam (Ed.). *Iran in Latin America: Threat or ‘Axis of Annoyance’?* Washington, The Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin American Program and Middle East Program, Woodrow Wilson Center Reports on the Américas, n. 23, p. 35-49, 2009a.

CARDOZO da Silva, Elsa. “La política exterior de Venezuela 1999-2002. Ni del Estado, ni para la sociedad”. *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 24 (mayo-agosto), Caracas: Universidad Central de Venezuela, p. 165-186, 2006.

COBO, Lourdes. Venezuela y el mundo transnacional: Instrumentación de la política exterior venezolana para imponer un modelo en América Latina. Caracas: ILDIS-CEERI, 2008.

CORRALES, Javier. “Why Venezuela is Trapped, for Now: Venezuela, China, Iran and Oil”. In: HOGENBOOM, Barbara (Ed). *China and Latin America*. 2010.

CORRALES, Javier. “Hugo Boss. How Chavez is refashioning dictatorship for a democratic age”, *Foreign Policy*, January/February, 2006, p. 32-40, 2006.

DESAI, Raj M. “Lessons for Raul: Guiding Cuba Through Troubled Times”, *Washington Times*, n. 28, Mar. 2008.

DESAI, Raj M.; GOLDBERG, Itzhak. “Perestroika Cubana”. *The National Interest*, n. 91, p. 6-11, 2007.

DESAI, Raj M; OLOFGA, Anders, R. D.; YUOSEF, T. M. “Democracy, Inequality, and Inflation”. *American Political Science Review*. v. 97, n. 3, p. 391-406, August 2003.

DOMÍNGUEZ, Jorge. “La Política Exterior de Cuba y el Sistema Internacional”. In: TULCHIN, Joseph S.; ESPACH, Ralph H. (Ed). *América Latina en el Nuevo Sistema Internacional*. Barcelona: Edicions Bellaterra, p. 255-286, 2004.

MALAMUD, Carlos. “La crisis de la integración entra por casa”. *Nueva Sociedad*, n. 219, p. 97-112, Enero-febrero 2009.

NELSON, Joan M. “Politics of Economic Transformation: Is Third World Experience Relevant in Eastern Europe?” *World Politics*, n. 45, p. 433-63, 1993.

- MESA-LAGO, Carmelo. “Balance económico-social de 50 años de Revolución Cubana”. *América Latina Hoy* (Universidad de Salamanca), n. 52, p. 41-61, agosto 2009.
- OLSON, Mancur. “Dictatorship, Democracy and Development. In: OLSON, Mancur; KAKOHEN, Satu (Ed.), *A Not-So Dismal Science. A Broader-View of Economies and Societies*, Oxford: Oxford University Press, p. 119-137, 2000.
- PÉREZ Villanueva, Omar Everleny. “La estrategia económica cubana: medio siglo de socialismo”. Manuscrito, 2009.
- THEIS, Reyes. “Chávez perdió esperanzas en un cambio de actitud de EEUU”. *El Universal*, p. 1-2, 06-03-2009.
- ROMERO, Carlos A. “Una diplomacia sin límites”. *Revista PODER*, Caracas, p. 44-46, 01 de Febrero 2009a.
- ROMERO, Carlos A.; CURIEL, Claudia. “Venezuela: Política Exterior y Rentismo”. *Cadernos PROLAM/USP. Brazilian Journal of Latin American Studies*. São Paulo, Programa de Posgraduação em Integração do PROLAM-USP, ano 8, n. 14, v. 1, p. 39-61, jan/jun. 2009.
- ROMERO, Carlos A.; CORRALES, Javier. “U. S.-Venezuela Relations. Forthcoming. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I. (Ed). *U. S.-Latin America Relations since 9/11*. Routledge (under review), 2009.
- SADDAKOUR, Karim. “Treinta años después: ¿cómo acercarse a Irán?”. *Política Exterior*, n. 127, enero/febrero 2009.
- SHIFTER, Michael. “Moderación de las Expectativas de la Democracia. In: DOMINGUEZ, Jorge; SHIFTER, Michael (Ed). *Construcción de Gobernabilidad Democrática en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 3-8, 2005.
- SCHWIRTZ, Michael. “Chávez throws in his lot with Russia”. *The International Herald Tribune*. 11 de septiembre, p. 2, 2009.
- SUÁREZ Salazar, Luís. “La cincuentenario proyección externa de la Revolución Cubana: nustroamericanismo vs. Panamericanismo”. Manuscrito, 2009.

Artigos e referências da Internet

- RIANOVOSTI. sp.rian.ru/sp.rian.ru/onlinenews/20100405/125764502.html, 2010.
- ALANDETE, David Rice. “Rusia es cada vez más agresiva que en el exterior y autoritaria”. *El País*, p. 3, 19 de septiembre de 2008. www.elpais.com, 2008.
- BERMÚDEZ, Ángel. Memorando Opex n. 122/2009: Relaciones Rusia-América Latina: perspectiva actual y desafíos para España. *OPEX Observatorio*. www.falternativas.org/.../122_memo_Rusia_America_Latina.pdf, 2009.
- BOTTA, Paulo. “Irán en América Latina. Desde Venezuela hacia Brasil”. *Relaciones Internacionales*. www.cemoc.com.ar/IranenAmericaLatina.pdf, 2009.
- BRUN, Elodie. Entrevista en el noticiero diario de Radio France Internationale (RFI) con respecto a la gira latinoamericana del presidente iraní Mahmud Ahmanidejad. 24 de noviembre de 2009. www.rfi.fr/actucn/articles/119/article_17626.asp, 2009b.
- BRUN, Elodie. “La place de l’Iran dans la politique étrangère du Venezuela, July 2008. http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1425&fuseaction=topics.event_summary&event_id=454131, 2008a.

- EGAÑA, Fernando. "El Impacto de la Política Exterior en la Opinión Pública". Manuscrito. Caracas: ILDIS. www.ildis.org.ve, 2009.
- GERAMI, Nima; SQUASSONI, Sharon. "Venezuela: A Nuclear Profile". Nonproliferation for Global Security Foundation. npsglobal.org/.../352-venezuela-a-nuclear-profile-nima-gerami-sharon-squassoni-.html, 2008.
- GRATIUS, Susanne; FÜRTIG, Henner. Iran and Venezuela: bilateral Alliance and global power projections, Fride, abril 2009. www.maximsnews.com/news20090503frideiranvenezuela10905030102.htm.
- GUERRA, José. "Caracterización de la Política Económica del Gobierno". Caracas, ILDIS, CONVITE.A.C. www.ildis.org.ve, 2009.
- HELLMAN, J., G. Jones; KAUFMANN, D. "Seize the State, Seize the Day': State Capture, Corruption and Influence in Transition', World Bank Policy Research". Working Paper 2444, September. Available at www.worldbank.org/wbi/governance/pdf/seize_synth.pdf, 2000.
- EL Nacional. Diario venezolano. el-nacional.com/.../p_contenido.php?q.../Nacional/Chávez-asegura...la...6.4, 2010.
- MORGHENAU, Robert M. El vínculo entre Irán y Venezuela: una crisis en las decisiones? Center for International PolicyGlobal Financial Integrity. www.gfip.org/index.php?option=com_content&task=view&id, 2009.
- ROMERO, Carlos A. "Colombia y Venezuela: huérfanas de padre y madre". Agosto de 2009. Revista electrónica: Razón Pública. Santafé de Bogotá. www.azonpublica.org.co/ (Colombia), 2009b.
- ROMERO, Carlos A. "Venezuela y Cuba una seguridad diferente", Marzo de 2009. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/index55550.html>, 2009c.
- RÍOS, Xulio. "China y Venezuela. Una amistad con reparos. IGADI". www.igadi.org/.../2009/xr_china_y_venezuela_una_amistad_con_reparos.htm, 2009.
- ROJAS PENSO, Juan F. "Unasur, Can y Mercosur". Analítica Com., 30 de Agosto de 2007. www.analitica.com.
- THEIS, Reyes. "Plan de Desarrollo 2007-2013 propone reforzar eje Cuba-Venezuela-Bolivia". El Universal, www.eluniversal.com, 07-10-2007.
- THEIS, Reyes. Alianza china con Venezuela es comercial y no ideológica". El Universal, www.eluniversal.com, 07-04-2010.

Publicações oficiais

- CEPAL. *El Comercio Internacional em América Latina y el Caribe en 2009*. Crisis y Recuperación. LC/I 3184. diciembre 2009.
- MINISTÉRIO do DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA e COMÉRCIO EXTERIOR do BRASIL. *Estatísticas de Comércio Exterior*, 2009. www.mdic.gov.br, 2009.
- MINISTERIO del PODER POPULAR para RELACIONES EXTERIORES de VENEZUELA. www.mre.gov.ve/, 2010.
- VENEZOLANA de Televisión. (2010). www.vtv.gov.ve/noticias-nacionales/30085.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Bureau of Democracy, Human Rights and Labor. (2008). 2008. *Country Reports on Human Rights Practices*. Venezuela. February 25, 2009. www.state.gov/, 2009.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Bureau of International and Law Enforcement Affairs. *Release of the 2008 International Narcotics Control Strategy Report*. Washington, DC. February 27, 2009.

VICEPRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. “Vicepresidente Carrizalez llegó a Moscú para gira de trabajo”. www.vicepresidencia.gob.ve/.../index.php?, 2009.